



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE NUTRIÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE**

**JOELMA CLÁUDIA SILVEIRA RIBEIRO**

**AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM  
UM CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL - CONSAD NA BAHIA**

Salvador  
2012

**JOELMA CLÁUDIA SILVEIRA RIBEIRO**

**AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM  
UM CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL - CONSAD NA BAHIA**

Trabalho de conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde.

**Área de concentração:** Segurança Alimentar e Nutricional

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Maria Santos Chaves dos Santos

Salvador  
2012

### Ficha Catalográfica

R484 Ribeiro, Joelma Cláudia Silveira

Avaliação da insegurança alimentar e nutricional em um consórcio de segurança alimentar e desenvolvimento local CONSAD na Bahia / Joelma Cláudia Silveira Ribeiro. Salvador, 2012.

89 f.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sandra Maria Chaves dos Santos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de Nutrição, 2012.

1. Nutrição. 2. Segurança Alimentar e Nutricional. 3. Políticas Públicas. 4. CONSAD. I. Santos, Sandra Maria Chaves. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU:612.39

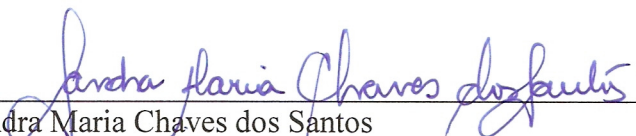
TERMO DE APROVAÇÃO

JOELMA CLÁUDIA SILVEIRA RIBEIRO

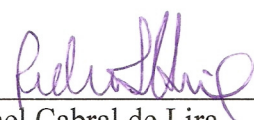
**AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM UM  
CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO  
LOCAL – CONSAD NA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia – Área de Concentração: Segurança Alimentar e Nutricional – Linha de Pesquisa: Avaliação de políticas e programas em Saúde, alimentação e nutrição.

Banca Examinadora

  
Sandra Maria Chaves dos Santos  
Dr<sup>a</sup> administração pública – Universidade Federal da Bahia  
Prof<sup>º</sup> Associado I da Universidade Federal da Bahia

  
Ana Marlúcia Oliveira Assis  
Dr<sup>a</sup> Saúde Pública – Instituto de Saúde Coletiva – UFBA  
Prof<sup>º</sup> Titular da Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

  
Pedro Israel Cabral de Lira  
Dr. em Medicina – London School of Hygiene and Tropical Medicine  
Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho primeiramente a Deus pela sua presença em todos os momentos da minha vida, por ter guiado meus passos; aos meus pais, Aurelina Silveira Ribeiro e Clausino Félix Ribeiro pelo carinho, incentivo e motivação.

## AGRADECIMENTOS

Aos professores e funcionários da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia- ENUFBA; especialmente a minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Chaves, que inspirou-me no complexo caminho do estudo da Segurança Alimentar e Nutricional- SAN; infundiu-me com todo o seu entusiasmo, respeito maior pelo tema, além da oportunidade do desafio e confiança depositada em mim para realização desse estudo.

À Professora Dr<sup>a</sup> Ana Marlúcia e ao Professor Dr. Pedro Lira pelas orientações concedidas durante a qualificação.

Ao Sr. José Carlos, Secretário da Pós-Graduação, pela presteza e cuidado com os assuntos acadêmicos e ao Senhor Jorge Ferreira Conceição pelo cuidado na condução durante o trajeto da pesquisa.

Aos colegas do mestrado que se tornaram amigos e parceiros, pelas oportunidades de aprendizado e pelo auxílio no meu crescimento pessoal e intelectual.

À amiga Tânia Buranelli pelas horas de estudo e descontração, pela amizade e pela paciência.

À Juçara Accioly pela solidariedade, generosidade ilimitada e proteção de mãe.

À amiga Vanesca Bispo pelo incentivo, alegria e amizade e Albanita Paiva pelo convívio durante a pesquisa.

A todos os bolsistas do Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas – NNPP, especialmente: Mayara, Luciana, Thiala, Reinan, Talita, Eva, Silvana, Aline.

À Comunidade Católica Shalom missão Salvador pelas orações.

Aos meus parentes e amigos: Pela torcida organizada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Ensino de Nível Superior – CAPES pela concessão da bolsa de mestrado.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ pela oportunidade de desenvolvimento desse estudo.

Aos gestores dos municípios: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Jiquiriçá, Maracás, Mutuípe, Nova Itarana, Laje e Ubaíra por terem permitido o desenvolvimento da pesquisa.

*“A vida é fruto de decisão de cada momento. Talvez seja por isso, que a idéia de plantio seja tão reveladora sobre a arte de viver. Viver é plantar. É atitude de constante semeadura, de deixar cair na terra de nossa existência as mais diversas formas de sementes. Cada escolha por menor que seja, é uma forma de sementes que lançamos sobre o canteiro que somos. Um dia, tudo o que agora silenciosamente plantamos, ou deixamos plantar em nós será plantaçõa que poderá ser vista de longe... O que não podemos perder de vista é que a vida não é real fora do cultivo. Sempre é tempo de lançar sementes... Sempre é tempo de recolher frutos”...*

*Pe. Fábio de Melo*

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>Parte I</b>	
<b>Artigo Científico: Avaliação da insegurança alimentar e nutricional domiciliar no Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD do Vale do Jiquiriçá, Bahia.....</b>	<b>12</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE ESTUDO.....</b>	<b>18</b>
2.1 ANTECEDENTES: A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SAN NA AGENDA POLÍTICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	18
2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CRIAÇÃO DO SISTEMA E DA POLÍTICA NACIONAL DE SAN.....	20
2.3 TERRITÓRIOS DE CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO E FOCO DO ESTUDO.....	23
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>24</b>
3.1 CENÁRIO DO ESTUDO: CONSAD VALE DO JIQUIRIÇÁ .....	24
3.2 DELINEAMENTO AMOSTRAL DO ESTUDO .....	26
3.3 COLETA DE DADOS.....	27
3.3.1 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar-EBIA.....	28
3.3.2 Questionário Sócio-Econômico.....	30
3.4 ANÁLISE DOS DADOS .....	31
<b>4 RESULTADOS .....</b>	<b>32</b>
<b>5 DISCUSSÃO .....</b>	<b>36</b>



<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>
 <b>Parte II</b>	
<b>Artigo Científico: Avaliação Indireta da insegurança alimentar e nutricional no território Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD Vale do Jiquiriçá na Bahia.....</b>	<b>47</b>
 <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>50</b>
 <b>2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DE ESTUDO .....</b>	<b>52</b>
 <b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>55</b>
3.1 CENÁRIO DO ESTUDO .....	55
3.2 AVALIAÇÃO INDIRETA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL....	56
3.2.1 Avaliação da SAN: breve revisão sobre métodos .....	56
3.2.2 Protocolo de Indicadores.....	58
 <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>60</b>
4.1 A SITUAÇÃO DE SAN MUNICIPAL NOS MUNICÍPIOS.....	65
 <b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>70</b>
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO .....</b>	<b>75</b>
 <b>ANEXO A – Escala Brasileira de Segurança Alimentar – EBIA .....</b>	<b>77</b>
<b>ANEXO B – Questionário Sócio-Econômico .....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO C – Protocolo de Indicadores .....</b>	<b>86</b>

## APRESENTAÇÃO

Grande parte dos problemas enfrentados por parcelas significativas da população mundial está relacionada com questões alimentares e nutricionais, seja pela ausência do alimento, pela má qualidade da alimentação ou por condições de vida e saúde que impedem o aproveitamento adequado dos alimentos. A crise mundial de alimentos, de 2008, associada à crise financeira mundial, elevou o número de famintos no mundo. Assim, a insegurança alimentar é um problema crescente em um cenário em que uma das metas do milênio é a redução da fome.

Desta forma a temática da insegurança alimentar torna-se central, e tem ocupado o cenário das políticas públicas. No Brasil esse tema vem sendo discutido nas últimas décadas e avançado no cenário da institucionalidade com a homologação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2006, com a inclusão do Direito Humano à Alimentação na Constituição e com a criação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, ambos em 2010.

A Segurança Alimentar e Nutricional - SAN pode ser entendida como a base e também um dos parâmetros contextuais para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA. A partir de diversos e intensos debates a construção do conceito da SAN tem revelado as diversas dimensões que compõem este conceito e como estas se interrelacionam com a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Portanto, agir no campo da SAN compreende a forma como a sociedade organizada, por meio de políticas públicas, pode e deve garantir o DHAA. E para agir de forma consequente é importante a existência e disponibilidade de informações que evidenciem a existência do problema e de seus determinantes, tanto para orientar a ação, como para avaliar resultados alcançados com as intervenções realizadas.

O governo brasileiro, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS adotou uma política de abordagem territorial para enfrentamento da problemática da segurança alimentar e nutricional. Nesta perspectiva foram criados os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSADs, como uma estratégia de promover a articulação da sociedade civil e poder público de municípios de pequeno porte, próximos geograficamente e socialmente. Em 2008, o MDS, em parceria com o Conselho nacional de Ciência e Tecnologia - CNPq, lançou o edital 038 - Josué de Castro, para financiamento de projetos multidisciplinares de extensão que tivessem por objetivo desenvolver diagnósticos e planejamentos territoriais visando à promoção da segurança

alimentar em territórios prioritários no âmbito dos CONSADs. Pesquisadores do Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas da UFBA submeteram e tiveram aprovação no edital um projeto de pesquisa-ação voltado para o CONSAD Vale do Jiquiriçá, na região do Recôncavo Baiano.

O projeto intitulado SANVALE – Bahia - Segurança Alimentar no Vale do Jiquiriçá - Bahia – etapa 1: bases para a construção participativa dos sistemas locais teve por objetivo geral subsidiar a organização dos sistemas locais de SAN nos municípios integrados ao referido CONSAD por meio de um conjunto de estratégias que priorizam, entre outros, a intersetorialidade, a participação social, a ação convergente e integrada, a descentralização, a transferência de tecnologias que envolvam o diagnóstico e o planejamento em SAN para as comunidades locais e, de forma transversal, a formação de atores sociais locais e acadêmicos sensíveis e competentes para atuar no campo da avaliação e da ação em SAN.

O projeto SANVALE foi organizado em quatro eixos principais, intercomplementares, a saber:

Eixo 1 – **AVALIA-SAN** - Avaliação participativa da situação de segurança alimentar e nutricional da população residente no CONSAD Vale do Jiquiriçá;

Eixo 2 – **SIS-SAN** - Investigação e análise dos equipamentos sociais, programas, projetos e atores sociais e institucionais instalados e atuantes nos municípios e que podem servir de base à conformação dos sistemas locais de SAN;

Eixo 3 – **FORMA-SAN** - Capacitação de agentes locais (funcionários dos executivos municipais, lideranças do CONSAD etc.) nas etapas de desenvolvimento e ou aperfeiçoamento, execução e análise de resultados de metodologias para avaliação da situação de SAN.

Eixo 4 – **MOBILIZA-SAN** - Gerar e disseminar para diferentes segmentos sociais dos municípios do CONSAD informações capazes de empoderar os agentes sociais na participação e decisão sobre o sistema local de SAN que necessitam para superar os problemas encontrados.

Este estudo integrou o projeto indicado anteriormente, no eixo 1 de avaliação da SAN, tendo seus objetivos voltados para avaliar a situação de insegurança alimentar e seus determinantes em municípios baianos integrantes do CONSAD Vale do Jiquiriçá, contemplando uma metodologia direta, pela aplicação em amostra de domicílios da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA e de um questionário sócioeconômico e, uma metodologia indireta, pela aplicação de Protocolo de Indicadores que caracterizam a situação de SAN no município em quatro dimensões (disponibilidade, acesso, consumo e utilização

biológica). A autora deste trabalho participou de todas as etapas da pesquisa, do planejamento e das atividades em campo, tendo também coordenado o trabalho de outros bolsistas.

Assim, este trabalho de conclusão está apresentado sob a forma de dois artigos científicos. O primeiro deles, intitulado **AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOMICILIAR EM UM CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSAD VALE DO JIQUIRIÇÁ NA BAHIA**, apresenta o processo e os resultados da avaliação realizada a partir da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA no território. O segundo artigo intitulado **AVALIAÇÃO INDIRETA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO TERRITÓRIO DO CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL - CONSAD DO VALE DO JIQUIRIÇÁ NA BAHIA**, adota a metodologia de indicadores indiretos para avaliar a situação de insegurança alimentar nas dimensões da disponibilidade, acesso e consumo de alimentos e na utilização biológica de nutrientes.

Os dois produtos que compõem este trabalho final representam um esforço de produzir informações capazes de orientar políticas públicas para territórios CONSADs, ao tempo em que representam uma oportunidade a mais de testar metodologias e gerar conhecimentos no campo da SAN.

**PARTE I**

**ARTIGO CIENTÍFICO**

**AVALIAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR DOMICILIAR NO  
CONSÓRCIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E  
DESENVOLVIMENTO LOCAL – CONSAD VALE DO JIQUIRIÇÁ NA  
BAHIA**

Salvador  
2012

## RESUMO

O Brasil conta na atualidade com marco legal para a promoção e garantia da Segurança alimentar e nutricional - SAN, integrando a criação do sistema de segurança alimentar – SISAN em todos os níveis de governo e a política nacional de SAN. O desafio de construir um sistema de SAN municipal envolve informações e conhecimento sobre a situação a ser enfrentada e seus determinantes, e estes são geralmente deficientes ou inexistentes em municípios menores. No Brasil, por outro lado, há uma tendência de focalizar os territórios no enfrentamento de problemas sociais, entendendo-se ser esta uma forma de promover maior impacto na alteração das condições de vida das pessoas. A criação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs atende a este objetivo. Este estudo, avaliou a situação de segurança alimentar e seus determinantes em municípios baianos integrantes do CONSAD Vale do Jiquiriçá, contemplando uma metodologia direta, pela aplicação em domicílios da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA e de um questionário sócio-econômico. A amostra domiciliar constituiu-se de 2.002 domicílios, em oito municípios do CONSAD. Encontrou-se insegurança alimentar em 70,3% dos domicílios, com predomínio da insegurança grave e moderada (36,0%). A IA mostrou-se fortemente associada as variáveis, renda familiar *per capita*, número de moradores por domicílios, indicador ambiental. Conclui-se que com as avaliações realizadas compôs-se um quadro capaz de orientar a ação pública na direção da SAN de uma forma geral, para todo o município, e considerando as condições de vida nos domicílios particulares, conformando também uma base para o desenho do SISAN e possibilitando o acompanhamento e avaliação do realizado.

**Palavras-chave:** Insegurança alimentar. EBIA. Indicadores sociais. CONSAD.

## ABSTRACT

Brazil has got nowadays a legal framework for promoting and guaranteeing Food and Nutrition Security - FNS, including the creation of the Food Security System - SISAN at all levels of the government as well as the national FNS policy. The challenge of building a municipal FNS system involves information and knowledge about the situation to face and its determinants, and these are generally deficient or inexistent in smaller municipalities. In Brazil, however, there is a tendency to get the territories focused on addressing social issues, since it is understood as a way to promote a bigger impact in terms of the evolution of people living conditions. The creation of the Food Security and Local Development Consortiums - CONSADs fits with this objective. This study, financed by the call for proposal 038/2008 MDS/CNPq, assessed the food security situation and its determinants in municipalities of Bahia state that are part of the CONSAD *Vale do Jiquiriçá*, using a direct methodology on one side, with the application of the Brazilian Food Insecurity Scale - EBIA and of a socio-economic questionnaire in a households sample. . The household sample included 2,002 households, in eight municipalities of the CONSAD. Food insecurity was observed in 70.3% of the households, with a predominance of severe and moderate food insecurity (36.0%). Food insecurity was associated with the following variables: family revenue *per capita*, area, number of household members, living conditions. It appeared that the assessments we have made constitute a framework providing orientation for public action towards FNS at a general level, in the whole municipality, and taking into account living conditions in particular households, offering as well a basis for the SISAN conception and enabling the follow-up and the evaluation of what is being done.

**Indexing terms:** Food insecurity. EBIA. Social indicators. CONSAD.

## 1 INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional - SAN está associada a fatores econômicos, geográficos, sociais e culturais que afetam o acesso físico e social aos alimentos e a capacidade das famílias para comprá-los ou produzi-los. A insegurança alimentar é um fenômeno associado às taxas de mortalidade infantil, à prevalência de desnutrição, de anemia e de outras deficiências nutricionais (PANELLI-MARTINS et al., 2008).

A SAN constitui um objetivo estratégico e permanente de políticas públicas orientadas pelos princípios do direito humano à alimentação adequada e da soberania alimentar. Assim o objetivo da SAN engloba e qualifica a erradicação da Fome, da desnutrição e manifestações mais graves de insegurança alimentar (MALUF, 2006).

O entendimento de SAN como: a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo para uma existência digna foi proposto na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (1986) e consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1994). Esse entendimento articula duas dimensões definidas: a alimentar e a nutricional, na medida em que a complexidade do fenômeno da SAN permite desagregação conceitual em múltiplas dimensões (BRASIL, 2009). O processo de construção e formulação do conceito de segurança alimentar incorporou, de uma maneira sistêmica e ampliada, os requisitos necessários para uma realidade de bem-estar alimentar e nutricional (BITTENCOURT, 2010).

Segundo Gubert e Santos (2009) quando ocorre a violação do direito humano à alimentação e não é assegurado o acesso permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente ou as condições para sua obtenção, são geradas situações de insegurança



alimentar. A Insegurança Alimentar e Nutricional é um fenômeno complexo e multidimensional, que se desenvolve como um processo contínuo (PEREIRA et al., 2006).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO orienta e recomenda que a SAN seja promovida desde o município, sendo pensada como possível organizadora de ações políticas e programáticas particularmente em nível local. Este foi um dos motivos pelo qual o Brasil fundamentou a homologação da lei nº 11.346, em setembro de 2006, que instituiu o sistema nacional de SAN - SISAN. Desde então tornou-se um desafio para o país construir este sistema em âmbito nacional, estadual e municipal, de forma a promover e garantir a SAN para todos.

Apesar da realização de pesquisas nacionais para avaliação da SAN domiciliar no país, um dos obstáculos para implantar e implementar sistemas de SAN é a deficiente informação sobre a situação e seus determinantes em municípios de menor porte e mais pobres, exatamente onde pressupõe-se maior risco de insegurança alimentar e nutricional. Os suplementos sobre segurança alimentar da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar- PNAD (IBGE, 2006; 2010) evidenciam como se distribui o problema no país e também fatores sociais e econômicos que condicionam ou determinam o problema, mas este tipo de estudo é realizado em municípios de maior porte.

Por outro lado o Brasil vem investindo no tratamento de problemas sociais na perspectiva territorial. Isto é, há uma tendência de serem analisados os problemas e dirigidas intervenções não somente para indivíduos, ou famílias, mas sim para territórios, entendendo-se ser esta uma forma de promover maior impacto na alteração das condições de vida das pessoas. Nesta perspectiva foram criados os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs, objetivando promover a associação entre municípios de baixo índice de desenvolvimento humano, em uma parceria entre poder público e sociedade civil, visando a melhoria da capacidade técnica, gerencial e financeira dos

municípios em torno da promoção de ações conjuntas em prol da SAN. Os CONSADs integram ações e Programas gerenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, segundo eixo (promoção de processos de geração de renda) de atuação do Programa Fome Zero.

Assim, em 2008, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, juntamente com o CNPq, lançaram o edital 038 – Josué de Castro, visando promover ações de extensão no campo da SAN em CONSADs. O Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia - ENUFBA obteve financiamento de um projeto no referido edital, voltado para o CONSAD Vale do Jiquiriçá, no estado da Bahia e tendo como objetivo geral produzir e disseminar informações que pudessem subsidiar a conformação de sistemas locais de SAN. O projeto intitulado Segurança alimentar no Vale do Jiquiriçá-Bahia- etapa 1: Bases para a construção participativa dos sistemas locais-SANVALE foi, portanto, a base para o desenvolvimento deste estudo na medida em que contemplou uma parte diagnóstica sobre a segurança alimentar no território.

Este artigo objetiva analisar a distribuição e fatores relacionados com a ocorrência de insegurança alimentar em municípios que integram o CONSAD Vale do Jiquiriçá, entendendo ser este conhecimento estratégico para intervenções consequentes e potencialmente capazes de reduzir o problema no território. No âmbito deste estudo a avaliação da SAN nos oito municípios contemplou uma metodologia direta, pela aplicação em amostra de domicílios da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, com a expectativa de gerar informações sobre a situação, contribuindo assim para o reconhecimento do problema e para a construção do sistema local de SAN.

## 2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE ESTUDO

### 2.1 ANTECEDENTES: A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SAN NA AGENDA POLÍTICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil a Segurança Alimentar e Nutricional passou efetivamente a compor a agenda política a partir de 2003. Em 2004 o IBGE incluiu na Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar - PNAD um suplemento de avaliação da situação de segurança alimentar, por meio da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA (SEGALL-CORRÊA, 2009) em 109 296 domicílios em amostra domiciliar representativa de todo o país. Este primeiro estudo nacional revelou alta prevalência de insegurança alimentar - IA, tendo a prevalência de insegurança alimentar grave e moderada alcançado 34,9% dos domicílios particulares (PNAD, 2006). No Nordeste a situação se mostrou mais grave, onde a insegurança alimentar atingiu 7 milhões, ou seja 53,6% dos domicílios. Na Bahia os dados mostraram que a prevalência de IA em domicílios particulares foi de 50,2%, sendo 12,1% na forma grave (PNAD, 2006).

Os resultados da pesquisa nacional sobre insegurança alimentar mostraram que múltiplas variáveis sociais e econômicas estavam diretamente associadas com o risco e a ocorrência de insegurança nos domicílios. Os resultados revelaram que a ocorrência de insegurança alimentar é maior na área rural do que na área urbana, devido a menor renda *per capita* na área rural entre outros fatores; os dados ainda indicaram também que a IA é afetada pela presença de pessoas menores de 18 anos de idade. A PNAD identificou ainda a segurança alimentar diminui à medida que aumenta o número de pessoas por domicílios (IBGE, 2006).

Em síntese, de acordo com os dados havia à época do estudo, em todo o Brasil, urbano e rural, maior probabilidade de IA em domicílios cuja pessoa de referência era do sexo feminino, de cor preta ou parda, residente em domicílios com 7 ou mais moradores e que contavam com menores de 18 anos (IBGE, 2006). Os resultados da PNAD indicaram ainda que enquanto 6,2% e 4,6% dos domicílios urbanos estavam em situação de insegurança alimentar moderada e grave, respectivamente, na área rural, as proporções foram 8,6% e 7,0%, (IBGE, 2006).

Em 2010 dados do levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizado em 2009 sobre insegurança alimentar, registraram redução do problema em todas as regiões do país. Ainda assim registrou-se que 30,2% dos domicílios particulares no Brasil estavam em situação de insegurança alimentar. O resultado da pesquisa indicou ainda, que a insegurança alimentar atingiu 46,1% dos domicílios da região Nordeste; em 2004 era 53,6%. Segundo algumas variáveis socioeconômicas a insegurança alimentar se apresentou maior em domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo por pessoa; naqueles onde residiam menores de 18 anos (37,2%), e entre os domicílios com pelo menos uma pessoa de cor preta ou parda (43,4%).

A PNAD (2010) revelou que quanto menor a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*, maior a proporção de domicílios em situação de insegurança alimentar moderada e grave. Cerca de 55,0% dos domicílios nestas condições estavam na classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo e 1,9% estavam na classe de mais de dois salários mínimos.

A maior proporção de insegurança alimentar em domicílios com pelo menos um morador menor de 18 anos foi registrada nos resultados da PNAD 2006 e 2010 e também nos estudos de Salles-Costa (2008), entre outros, indicando maior vulnerabilidade relacionada a presença de jovens no domicílio em todo o país, particularmente no nordeste.

Estudo realizado por Bittencourt (2010) com aplicação da EBIA em domicílios de escolares no município de Salvador observou insegurança alimentar em 71,3% destes, sendo 34,2% em condições de Insegurança alimentar leve e 37,1% em insegurança moderada e grave. Dos domicílios investigados, em 52,7% a chefia era exercida por homens, destes 36,2% possuíam escolaridade até a 4ª série completa. Em relação à situação de renda familiar 41,0% delas tinham menos de ¼ de salário mínimo para sobreviverem. Essa pesquisa ainda registrou que em 18,5% dos domicílios residiam mais de sete moradores. Os resultados indicaram que a insegurança alimentar foi determinada pelas variáveis: sexo, cor, escolaridade do chefe da família, renda familiar *per capita*, número de moradores por dormitório e indicador das condições de moradia e ambiental.

No conjunto os resultados permitem reconhecer que, apesar dos avanços, a insegurança alimentar ainda é um fenômeno de alta prevalência no país, particularmente no nordeste. Em Salvador, capital da Bahia com melhor IDH do estado (0,805), estudos mostraram uma situação de alta vulnerabilidade para a segurança alimentar. Assim, importa investigar a situação e seus determinantes em outros territórios visando somar para a construção do SISAN e da política nacional de SAN, temas tratados na sequência deste estudo.

## 2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CRIAÇÃO DO SISTEMA E A POLÍTICA NACIONAL DE SAN

Tendo em vista o exposto anterior e considerando as recomendações emanadas da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004, iniciou-se no país o processo de institucionalização da SAN. Assim é que em 2006 foi promulgada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, conhecida como LOSAN (Lei 11.346). Nos

termos da lei a SAN está definida como o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como bases práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Para promover e garantir a SAN a Lei cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

O SISAN está proposto como um sistema por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos e programas com vistas a assegurar o direito humano a alimentação adequada, consagrado como direito social na Constituição Federal em 2010. De acordo com a concepção de sistema, o SISAN pressupõe a articulação entre esferas de governo e a descentralização das ações, sinalizando então para a importância da conformação de sistemas locais de SAN.

O SISAN tem como objetivo executar e acompanhar os programas de segurança alimentar, por meio de ações realizadas em parceria com as três esferas de governo (União, estados e municípios) e a sociedade civil. Por meio da proposta do SISAN o governo espera garantir a todos os brasileiros o direito à alimentação de boa qualidade e em quantidade suficiente, como determina a Constituição. O Sistema foi concebido para dar prioridade a ações descentralizadas de combate à fome, aproveitando a experiência adquirida pelos conselhos estaduais de segurança alimentar. Além disso, segundo o governo, a promulgação da lei visou transformar os programas relacionados à nutrição humana e combate à fome em políticas de caráter permanente, evitando que as trocas de governo provoquem descontinuidade administrativa (BRASIL, 2009).

O Sistema se destina a aproximar a produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, considerando também as suas interrelações (BURLANDY, 2007). É integrado por um conjunto de órgãos e entidades, do Estado e dos Municípios e pelas

instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, afeta à segurança alimentar e nutricional e que manifestem interesse em integrar o Sistema (BRASIL, 2010).

A aprovação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, em 2010, é mais um evento no processo de institucionalização da SAN e do SISAN. A PNSAN orienta-se pelos parâmetros que regem o SISAN e tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada a todos os habitantes do território brasileiro, promovendo a soberania e a segurança alimenta e nutricional de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente. A PNSAN realiza-se por meio da integração de políticas e programas setoriais de modo a atender à universalidade dos direitos sociais.

Como pode ser observado, ambos, a PNSAN e o SISAN, pressupõem um melhor conhecimento sobre a situação para aperfeiçoar a intervenção. No Brasil, que acumula experiências com a construção do Sistema Único de Saúde - SUS e com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, há um entendimento de que políticas e sistemas devem ter forte vínculo territorial, de forma a potencializar a aplicação de recursos sempre escassos em face de demandas sempre crescentes e complexas. Assim, propostas de territorialização para as políticas públicas vêm sendo construídas, a exemplo da criação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSADs.

### 2.3 TERRITÓRIOS DE CONSÓRCIOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO E FOCO DO ESTUDO

O território emerge como local onde as práticas sociais se realizam e determinam o tipo de apropriação de infraestrutura que o Estado fornece, através das políticas públicas, no tempo e no espaço (ARAÚJO JÚNIOR, 2008).

A criação de territórios CONSADs no Brasil segue na direção de valorizar o espaço no qual vivem os sujeitos para aperfeiçoamento da ação pública em favor da segurança alimentar e do desenvolvimento e integram a estratégia do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. Trata-se de uma forma de associação entre municípios de baixo índice de desenvolvimento, com participação da sociedade civil e do poder público. Essa atuação viabilizaria ações conjuntas baseadas na cooperação entre entes públicos e privados, visando a geração de trabalho e renda como garantia de segurança alimentar e melhoria das condições de vida das populações envolvidas (MDS, 2008).

O CONSAD tem como objetivo maior tornar permanente a articulação entre o poder público e a sociedade civil para a promoção de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local, de forma institucionalizada, visando prioritariamente integrar na esfera da produção, comercialização, consumo e crédito e conjunto da população que vive em condições precárias de alimentação nas regiões mais pobres do país, nas quais as populações enfrentam maior risco de insegurança alimentar e nutricional. Desse modo o CONSAD se constituiria uma modalidade eficiente de cooperação entre o poder público e a sociedade civil para que juntos pudessem discutir, planejar, decidir e implantar ações voltadas para a segurança alimentar, o desenvolvimento local e a melhoria de vida das populações envolvidas.



Segundo dados do MDS estão implantados no Brasil 40 CONSADs, contemplando todas as regiões do país, sendo que projetos de segurança alimentar estariam sendo desenvolvidos em 580 municípios (MDS, 2008). No estado da Bahia foram implantados dois CONSADs, o de Brumado, no Sudoeste da Bahia e o do Vale do Jiquiriçá, no Recôncavo Baiano. O CONSAD Vale do Jiquiriçá foi implantado em 2003 pelo MDS, no bojo do programa Fome Zero, com a finalidade de coordenar a implantação das ações e projetos agroalimentares visando à segurança alimentar e nutricional e a redução da pobreza. É integrado por 9 dos 25 municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Jiquiriçá (LOPES; HORA, 2010).

Por questões logísticas e tendo em vista experiências acumuladas em pesquisa e extensão na região, foi selecionado o CONSAD do Vale do Jiquiriçá para desenvolvimento do presente estudo, conforme detalhado na metodologia.

### **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 CENÁRIO DO ESTUDO: CONSAD VALE DO JIQUIRIÇÁ**

O Vale do Jiquiriçá ocupa uma área de 6.900km<sup>2</sup> e é formado por 25 municípios de médio e pequeno porte com somente cinco deles superando o patamar dos 20 mil habitantes. O CONSAD do Vale do Jiquiriçá foi criado integrando 9 destes 25 municípios, os quais conformam o território de identidade do Vale do Jiquiriçá, forma de organização territorial adotada pelo estado da Bahia para implementar políticas públicas (OLALDE et al., 2010).

Na região, segundo dados do Diagnóstico realizado pela Cooperativa Nacional de Assessoria Planejamento para implantação do CONSAD em 2002, o associativismo podia ser considerado bom, contemplando além das várias associações de produtores, das associações

comunitárias, dos sindicatos profissionais, cooperativas de produção e de crédito. A agricultura familiar predominava com uma exploração diversificada centrada nas culturas de subsistência como mandioca, feijão, milho e banana (CONAP, 2002).

A participação da agricultura familiar se apresentava como mais expressiva na parte mais úmida do Vale, a zona da mata, que produz cacau, banana, mandioca e diversas frutas tropicais, enquanto na porção semiárida a produção agrícola estava voltada para a subsistência.

Os municípios, em geral, possuem baixo grau de desenvolvimento, principalmente se consideradas as informações médias para o estado da Bahia. Em muitos indicadores estes municípios apresentaram valores próximos ou inferiores aos apresentados para o estado (CONAP, 2002).

Segundo o censo 2007 (IBGE, 2007), viviam no território mais de 166 mil pessoas, 48,5% destas nas áreas urbanas e os demais 51,6% em áreas rurais. Os municípios de Maracás e de Amargosa são os maiores do território segundo número de habitantes, com mais de 30 mil, enquanto Cravolândia e Nova Itarana são os menores, entre cinco e seis mil habitantes. A baixa renda mensal familiar *per capita* e também a desigualdade na distribuição da renda entre os domicílios de um mesmo município foi destacada em estudos anteriores.

Os dados demonstram ser o Vale do Jiquiriçá um território de risco para a SAN, mostrando a relevância do desenvolvimento de projetos que possam colaborar para conhecer os problemas e neles intervir de forma efetiva e eficaz.

A decisão de desenvolver o projeto no Vale do Jiquiriçá considerou, além do exposto, a melhor acessibilidade; a existência de outros projetos coordenados pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDES para o mesmo território e a possibilidade de trabalho conjunto no campo da SAN com docentes da Universidade Federal do Recôncavo

Baiano - UFRB. De outra parte vale ressaltar que a ENUFBA conta com experiência de atuação na região.

### 3.2 DELINEAMENTO AMOSTRAL DO ESTUDO

Para o estudo domiciliar foi calculada uma amostra adotando a técnica da amostragem aleatória estratificada, na qual cada município foi dividido em dois estratos: área urbana e área rural. Os tamanhos das amostras dos estratos foram calculados adotando o critério pelo qual se mantém a fração de amostragem em cada estrato igual à fração global de amostragem com alocação sistemática, ou ainda, adotando a partilha proporcional.

O tamanho calculado da amostra para este estudo foi em 3 183 domicílios do CONSAD Vale do Jiquiriçá, para os nove municípios com precisão de 5% com a prevalência de 50% de Insegurança Alimentar e Nutricional - ISAN Moderada e Grave para as zonas rural e urbana. Por questões políticas internas na relação entre a prefeitura e os Agentes Comunitários de Saúde - ACS o trabalho de campo não foi realizado no município de Amargosa, assim a amostra foi redefinida para 2 591 domicílios.

Portanto, partiu-se inicialmente do número de domicílios segundo dados do censo do IBGE, considerou-se o número de domicílios atendidos por cada um dos ACS. Aplicou-se então a regra de proporcionalidade e obteve-se o número de domicílios a serem entrevistados em cada localidade para dar conta da amostragem. Em cada localidade os ACS foram orientados a contar e numerar o total de domicílios e calcular o intervalo sistemático (total de domicílios/nº de domicílios a serem entrevistados) e a realizarem um sorteio para definir o início aleatório. Em caso de domicílio sem moradores e/ou fechados, o ACS poderia optar pelo primeiro à direita, se repetido o problema, pelo primeiro à esquerda, e assim sucessivamente até completar a amostra.

Ao final do estudo, considerando as entrevistas realizadas pelos ACS e também pela equipe da pesquisa, em todos os 8 municípios, foram entrevistados 2 002 domicílios, registrando-se perda de 23,0%. Essas perdas ocorreram devido a dificuldades logísticas para localizar domicílios e/ou a ausência dos responsáveis no momento da entrevista.

### 3.3 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de visitas domiciliares no período de novembro de 2010 a fevereiro de 2011. Os dados foram coletados pela aplicação de dois instrumentos, um para avaliar a segurança/insegurança alimentar através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e outro para fazer o levantamento de dados sociais e econômicos dos domicílios e seus moradores, na busca de fatores explicativos para os achados.

As entrevistas foram realizadas por entrevistadores locais favorecendo a capacitação de atores locais para avaliação da SAN, um dos objetivos do projeto SANVALE. Os Agentes Comunitários de Saúde – ACS foram mobilizados e treinados para a coleta de dados considerando que estes alcançam 100% dos domicílios na região, conhecem detalhadamente as áreas urbanas e rurais dos municípios, são reconhecidos e respeitados pela população e que são os agentes comunitários responsáveis pela coleta de dados domiciliares que orientam várias políticas públicas no campo da saúde (BURLANDY, 2007). Assim, optou-se por definir a amostra da pesquisa domiciliar nos municípios a partir da cobertura de cada um dos agentes atuantes nos oito municípios.

### 3.3.1 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA

A escala brasileira é uma versão adaptada e validada daquela elaborada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Department of Agriculture - USDA*) (SEGALL-CORRÊA et al., 2009). Esse instrumento é conhecido como EBIA, com propósito de medir, diretamente, a percepção de insegurança alimentar e fome em nível domiciliar, o que possibilita a estimativa de sua prevalência na população (KEPPLE et al., 2011).

Esse instrumento permite a medida direta, com base na referência dos entrevistados, da experiência de preocupação e ansiedade das famílias em relação à possibilidade de acabar a comida antes de ter condições de comprar mais, até a experiência de restrição alimentar grave, por falta de recursos na qual, adultos e crianças podem ficar um dia inteiro sem comer (MARÍN-LEON et al., 2008). Considera-se como vantagem desse instrumento o fato de permitir mensurar de forma direta a (in) segurança alimentar, possibilitando a construção de diagnósticos, identificando populações mais vulneráveis (SOUZA, 2009).

Por intermédio da escala é possível verificar que a insegurança alimentar atinge de maneira diferenciada os diversos integrantes, adultos e crianças, de uma mesma família, em que as crianças seriam privilegiadas na oferta dos alimentos em detrimento dos adultos, refletindo a gravidade da situação de insegurança alimentar grave quando o alimento está escasso entre os mais jovens da família (FAVÁRO et al., 2007).

A EBIA, base metodológica da pesquisa suplementar, mensura a percepção dos moradores dos domicílios em relação ao acesso aos alimentos, e além disso é um instrumento capaz de identificar os grupos mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada e apontar as desigualdades sociais, de cor, ou raça e de gênero associadas,

(SANTOS et al.; PNAD 2010). A escala aponta para um dos seguintes graus da insegurança alimentar vivida pelas famílias:

- Situação de Segurança Alimentar: Os moradores do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente sem comprometer a outras necessidades essenciais;

- Insegurança Alimentar Leve: Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam comprometer a quantidade de alimentos;

- Insegurança Alimentar Moderada; Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos;

- Insegurança Alimentar Grave: Redução quantitativa dos alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar comida.

O sistema de pontuação das respostas obtidas é adaptado segundo a presença ou não de moradores de menos de 18 anos no domicílio. O instrumento de coleta de dados contempla 15 perguntas que se referem a aspectos da falta de alimentos, ou da preocupação com a possível falta de alimentos, ou da necessidade de redução da quantidade ou qualidade dos alimentos nos domicílios. A análise da EBIA é baseada em um gradiente de pontuação final resultante do somatório das respostas afirmativas. Quando o entrevistado responde negativamente a todas as questões da escala, a família é classificada em situação de segurança alimentar, com pontuação igual a zero (VIANA; SEGALL-CORRÊA, 2008). No caso dos domicílios apenas com adultos (cujos moradores têm todos 18 anos de idade ou mais), 1 a 3 pontos corresponde a “insegurança alimentar leve”; 4 a 6 pontos corresponde a “insegurança alimentar moderada” e 7 a 9 pontos significa “insegurança alimentar grave”. No caso dos

domicílios com pelo menos 1 morador de menos de 18 anos de idade, categorias de insegurança alimentar leve, moderada e grave correspondem, respectivamente, aos intervalos de 1 a 5 pontos, 6 a 10 pontos e 11 a 15 pontos (PNAD, 2006).

### 3.3.2 Questionário Socioeconômico

Para a caracterização social e econômica das famílias investigadas foi aplicado um questionário contemplando múltiplas informações, considerando aquelas variáveis que têm mostrado maior associação com a insegurança alimentar em outros estudos. Para este trabalho foram considerados os resultados das seguintes variáveis:

- Renda familiar mensal. Considerou-se como referência o salário mínimo vigente (R\$ 465,00) sendo categorizada em 3 estratos: < ¼ salário mínimo; ¼ a ½ salários mínimos e > ½ salário mínimo;
- Escolaridade do chefe do domicílio: foram considerados três níveis conforme as séries escolares cursadas: I – até a 4ª série; II - da 5ª a 8ª série; e, III – Ensino médio e superior.
- Sexo do responsável pelo domicílio (masculino ou feminino).

Para moradia familiar foram analisadas características de:

- Saneamento básico (acesso a rede de abastecimento de água, acesso a coleta de lixo, existência de esgotamento sanitário). O índice foi classificado em dois estratos: adequado (score  $\leq 04$ ) quando as respostas foram positivas para todos os itens e inadequado (score > 04), quando a resposta foi negativa para pelo menos um dos itens;
- Número de habitantes por domicílio (até 4 habitantes, 4-6 habitantes e  $\geq 7$  habitantes);

- Acesso a programas sociais: Foram verificadas informações sobre acesso das pessoas do domicílio a programas sociais de diferentes tipos e sob responsabilidade de diferentes esferas de governo e também de organizações não governamentais.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Primeiramente realizou-se análise descritiva para medir a frequência das variáveis em estudo. Posteriormente associação entre as variáveis através do teste qui-quadrado, análise gráfica e técnicas inferenciais pertinentes. Para medir a associação entre a variável desfecho e as independentes, três categorias de desfecho foram definidas: “segurança alimentar”, “insegurança alimentar leve”, “insegurança alimentar moderada/grave”, esta última tratada como categoria de referência.

Foi realizada a análise de regressão logística politômica univariada e a técnica de regressão logística politômica multivariada. Permaneceram no modelo apenas aquelas variáveis com valor de  $p < 0,05$ . As informações foram transcritas para meio digital, com checagem de inconsistência e amplitudes, sendo utilizado o programa Epi Info 6.04 (*Centers for Disease Control and Prevention Atlanta* – Estados Unidos) por dupla digitação. As análises estatísticas foram desenvolvidas com auxílio da plataforma estatística *Statistical Packadge Social of Sciences* (SPSS) para *Windows* (versão 13.0).



## 4 RESULTADOS

Com a aplicação da EBIA verificou-se que a insegurança alimentar atinge 70,3% dos domicílios no Vale do Jiquiriçá. Este percentual está dividido em três níveis de gravidade sendo que 34,3% estão em condição de insegurança alimentar leve, 23,3% em insegurança moderada e 12,7% em insegurança grave (Gráfico 1).

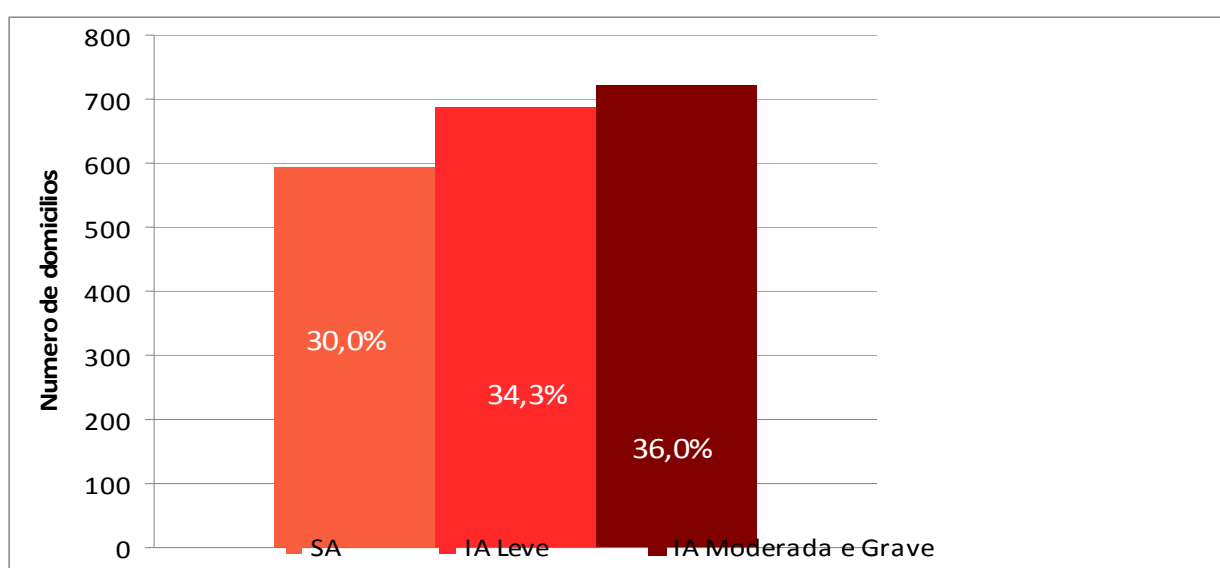


Gráfico 1 – Percentual de domicílios em situação de Insegurança Alimentar. CONSAD Vale do Jiquiriçá, Bahia, 2011.

Fonte: Levantamento domiciliar, 2010-2011.

Na Tabela 1 os resultados são apresentados da análise de regressão logística politômica adotada no estudo para identificação das associações de interesse na elucidação da dimensão e distribuição da insegurança alimentar no território estudado.

A chefia da família exercida por mulheres predominou nos domicílios investigados (52,7%), porém não houve associação positiva e estatisticamente significativa entre o sexo da pessoa de referência - feminino e insegurança alimentar moderada e grave (OR: 1,26, IC 95% 0,94-1,68), mas esta relação se apresentou para a insegurança alimentar leve (OR: 1,35, IC 95% 0,99-1,83). Observou-se associação estatisticamente significativa entre escolaridade e IA

leve (Categoria até 4ª série de estudos OR=1,54, IC 95% 1,10-2,12 e Categoria 5ª a 8ª série de estudos OR=2,81, IC 1,67-4,70) e IA moderada/grave (Categoria até 4ª série de estudos OR= 3,95, IC 95% 2,52-5,26, Categoria 5ª a 8ª série de estudos 5,45, IC95% 3,16-9,36).

Entre as variáveis que expressam as condições de vida no domicílio, a renda mensal familiar per capita - RMFPC menor de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo - SM mostrou-se associada positiva e estatisticamente significativa à insegurança alimentar leve (OR 1,05, IC95% 1,52-2,48) e IA moderada/grave (OR 5,58, IC 95% 4,26-7,29). Para a presença de morador menor de 18 anos no domicílio a associação foi observada apenas para a IA leve (OR 1,49, IC 95% 1,10-2,03). Para a variável relativa ao número de moradores, afirmou-se no estudo que quanto maior este resultado mais forte se revela a associação estatisticamente significativa com a insegurança alimentar leve e moderada/grave (domicílios com 7 ou mais moradores, para a IA leve – OR 1,81, IC 95% 1,01-3,24 e para IA moderada e grave – OR 7,47, IC 95% 4,46-12,49) (Tabela 1).

Observou-se para o domicílio situado na área rural associação positiva e estatisticamente significativa com a IA moderada e grave (OR 1,55, IC 95% 1,24-1,95). O indicador ambiental mostrou-se associação positiva e significativa com a IA leve e moderada/grave (IA leve- OR 1,26, IC 95% 1,00-1,58; IA moderada/grave – OR 1,83, IC 95% 1,45-2,30).

Com relação ao acesso a benefícios sociais, não ser beneficiário do programa de transferência de renda Programa Bolsa Família – PBF mostrou associação positiva e significativa com a IA leve (OR 2,23, IC 95% 1,72-2,88) e moderada/grave (OR 4,26, IC 95% 3,25-5,57).

Os resultados da análise multivariada indicaram que a RMFPC menor que  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo elevou a chance de 1,45 vezes para IA leve e de 2,91 para IA moderada/grave. O número de 4 a 6 moradores no domicílio se associou positivamente com a insegurança leve,

(OR 1,11) e na categoria igual ou mais de 7 pessoas (OR 1,28); como para a insegurança moderada/grave (4 a 6 pessoas – OR 1,22; igual ou maior que 7 pessoas – 3,19). O indicador ambiental, na condição de inadequado, revelou-se capaz de explicar o fenômeno em sua expressão leve (OR 0,95) e moderada/grave (1,34).

TABELA 1 – Associação entre Insegurança Alimentar e variáveis demográficas e socioeconômicas. Vale do Jiquiriçá - Bahia (2011)

Variáveis	n	% IA Leve	% IA Moderada e Grave	Valor de p
Sexo do responsável *				
Masculino	369	29,5	35,8	0,119
Feminino	931	33,4	37,6	
Renda per capita				
< ¼ Salário Mínimo	997	32,2	46,5	<0,001
≥ ¼ Salário Mínimo	647	35,9	18,1	
Morador menor de 18 anos				
Sim	1799	33,3	39,6	< 0,001
Não	203	43,3	3,9	
Escolaridade do responsável				
Até a 4ª série	872	30,5	41,6	<0,001
5ª a 8ª série	157	38,2	42,7	
Ensino médio e mais	259	33,6	19,3	
Número de moradores no domicílio				
Até 3 pessoas	732	34,8	25,8	<0,001
4 a 6 pessoas	966	34,6	38,8	
≥ 7 pessoas	150	21,3	65,3	
Indicador ambiental				
Inadequado	1083	32,8	40,5	<0,001
Adequado	778	34,8	29,6	
Zona de residência				
Rural	1166	33,4	39,0	0,003
Urbana	836	35,5	31,8	
Programa Bolsa Família				
Sim	1122	33,1	45,9	<0,001
Não	519	31,8	23,1	

Fonte: Levantamento domiciliar, 2010-2011

TABELA 2 – *Odds ratio* da associação entre insegurança alimentar e nutricional e variáveis socioeconômicas, demográficas e de condições de moradia e saneamento dos domicílios do CONSAD, Vale do Jiquiriçá- BA

Variáveis	IA Leve			IA Moderada/Grave	
	OR	IC95%	Valor de p	OR	IC95%
<b>Sexo do responsável</b>					
Masculino	1			1	
Feminino	1,35	1,00 – 1,83		1,26	0,94 – 1,68
<b>Renda familiar per capita</b>					
< ¼ Salário Mínimo	1	-		1	-
>¼ Salário Mínimo	1,95	1,52 – 2,48		5,58	4,26 – 7,29
<b>Morador menor de 18 anos</b>					
Não	1	-		1	-
Sim	1,49	1,10 – 2,03		19,58	9,46 – 40,53
<b>Escolaridade do responsável</b>					
Ensino médio e mais	1	-		1	-
Até a 4ª série	1,54	1,11 – 2,12		3,65	2,52 – 5,26
5ª a 8ª série	2,81	1,67 – 4,70		5,45	3,17 – 9,37
<b>Nº de moradores no domicílio</b>					
Até 3 pessoas	1	-		1	-
4 a 6 pessoas	1,47	1,16 – 1,85		2,22	1,74 – 2,83
≥ 7 pessoas	1,81	1,09 – 3,24		7,47	4,46 – 12,49
<b>Indicador ambiental</b>					
Adequado	1	-		1	-
Inadequado	1,26	1,00 – 1,58		1,829	1,45 – 2,30
<b>Zona de residência</b>					
Urbana	1	-		1	-
Rural	1,25	0,99 – 1,57		1,55	1,24 – 1,95
<b>Programa Bolsa Família</b>					
Sim	1	-		1	-
Não	2,2*	1,72 – 2,88		4,26	3,25 – 5,57

Fonte: Levantamento domiciliar, 2010-2011

TABELA 3 – *Odds ratio* ajustada para avaliar os fatores associados à insegurança alimentar e nutricional dos domicílios do CONSAD, Vale do Jiquiriçá-BA

Variáveis	IA leve		IA Moderada/Grave	
	OR	IC95%	OR	IC95%
<b>Renda per capita</b>				
≥ ¼ Salário Mínimo	1	-	1	-
<¼ Salário Mínimo	<b>1,45</b>	<b>1,070 – 1,957</b>	<b>2,91</b>	<b>2,117 – 4,000</b>
<b>Nº de moradores no domicílio</b>				
Até 3 pessoas	1	-	1	-
4 a 6 pessoas	1,11	0,829 – 1,481	1,22	0,905 – 1,651
≥ 7 pessoas	1,28	0,677 – 2,426	<b>3,19</b>	<b>1,796 – 5,677</b>
<b>Indicador ambiental</b>				
Adequado	1	-	1	-
Inadequado	0,95	0,722 – 1,243	<b>1,34</b>	<b>1,012 – 1,771</b>
<b>Programa Bolsa Família</b>				
Sim	1	-	1	-
Não	<b>1,81</b>	<b>1,325 – 2,463</b>	<b>2,31</b>	<b>1,665 – 3,205</b>

Fonte: Levantamento domiciliar, 2010-2011

## 5 DISCUSSÃO

Investigar a insegurança alimentar tem sido uma preocupação em vários países. A temática tornou-se central, extrapola os limites do debate acadêmico e vem recebendo contribuições de diferentes abordagens. A busca de indicadores da situação de segurança/insegurança alimentar que possibilitem o acompanhamento da sua evolução, tornou-se imperiosa (PEREIRA, 2008).

A prevalência de insegurança alimentar encontrada no território foi bastante elevada, tendo em vista resultados de outras pesquisas nacionais e locais. Considerando as variáveis relacionadas à pessoa de referência no domicílio, os resultados encontrados no CONSAD diferem em parte daqueles obtidos em outros estudos.

O suplemento da PNAD 2006 com a aplicação da EBIA identificou para o país 34,9% de domicílios em insegurança alimentar. Na região nordeste esta prevalência alcançou 53,6 % dos domicílios, e no estado da Bahia 50,2%. Estudos localizados com a aplicação da EBIA também evidenciaram percentuais de domicílios em IA aquém dos resultados obtidos no Vale. Salles-Costa et al. (2008) encontrou prevalência de 53,8% de IA em domicílios no município de Duque de Caxias; na Paraíba Vianna e Segall-Corrêa (2008) encontraram 52,5% de insegurança em domicílios de 14 municípios de maior pobreza. No entanto, estudos realizados em regiões mais pobres alcançaram resultados similares. Estudo realizado (na zona urbana e rural, respectivamente) no município de São João do Tigre, micro-região dos Cariris Velhos, no Estado da Paraíba de 458 famílias com menores de 5 anos no município de São João do Tigre, microrregião dos Cariris Velhos, na Paraíba, encontrou 87,3% de insegurança alimentar (OLIVEIRA, 2009).

Destaca-se que a PNAD 2010 revelou uma importante redução da prevalência de insegurança alimentar em todo o país. Em termos nacionais obteve-se 30,2% de domicílios

em insegurança alimentar; na região nordeste os resultados evidenciaram 46,1% de domicílios em IA e na Bahia 41,2%. Em média a redução na prevalência de IA nos domicílios foi de 9,0% no estado da Bahia. Não se pode analisar se houve impacto desta redução na situação de IA no Vale, pela inexistência de dados prévios, mas deve-se destacar que os resultados encontrados estão acima das médias regionais.

Estudos sobre a distribuição da insegurança alimentar têm apontado para a importância da expansão dos programas sociais brasileiros na redução do problema. No entanto, mesmo com a redução observada para o nordeste e no estado da Bahia, áreas específicas do estado convivem ainda com prevalências altas do problema. A insegurança alimentar não afeta apenas o interior do estado. Em Salvador, capital da Bahia, estudo realizado em 2007, em amostra de domicílios particulares de famílias de escolares da rede pública, encontrou prevalência de 71,3% de insegurança alimentar (BITTENCOURT, 2010).

Para compreender melhor os resultados na prevalência, a análise multivariada revelou que fatores estavam aumentando as chances das famílias nos domicílios viverem insegurança alimentar, quais sejam: a renda mensal familiar per capita < ¼ do SM, o número de moradores no domicílio maior que quatro pessoas; indicador ambiental inadequado. A interpretação destes resultados pode orientar a gestão pública no território sobre a direção das ações necessárias.

A Lei nº 8.742/93 definiu como família carente (família de baixa renda) aquela cuja renda mensal per capita é inferior a ¼ do Salário Mínimo – SM (DEDECCA et al., 2006). Os estudos sobre insegurança alimentar analisam o fenômeno tendo em vista a renda mensal familiar *per capita* - RMFPC e os resultados, de forma contundente, estabelecem forte associação entre a menor renda e o maior risco de insegurança alimentar.

Nesse estudo a renda mensal familiar *per capita* se mostrou relevante para definição da insegurança alimentar. A IA moderada e grave estava presente em 46,5% dos domicílios

com RMFPC inferior a  $\frac{1}{4}$  do Salário Mínimo - SM. Esta prevalência reduziu-se para 24,1% entre os domicílios com renda entre meio e  $\frac{1}{4}$  do SM e para 8,4% entre aqueles com RMFPC maior do que meio salário mínimo. Considerando apenas duas categorias de renda a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave foi de 46,5% para aqueles com renda menor que  $\frac{1}{4}$  do SM, e este resultado mostrou-se estatisticamente significativo. Na análise detalhada evidenciou-se que domicílios com RMFPC menor de  $\frac{1}{4}$  do SM tinham quase três (3) vezes mais chances de estarem em situação de insegurança moderada e grave (Tabela 2). Em domicílios com RMFPC  $< \frac{1}{4}$  cuja responsável era do sexo feminino a insegurança alimentar moderada e grave foi bem acima do domicílio cujo responsável era do sexo masculino, representando respectivamente 21,2% e 16,7%.

No Brasil, aproximadamente 43,1% dos domicílios que estavam na classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  salário mínimo apresentaram situação de insegurança alimentar (IBGE, 2010). Estudo realizado por Souza (2009) na região nordeste observou que entre os domicílios com renda *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  do SM a chance de estarem em insegurança alimentar foi 27,3 vezes maior do que para outras faixas de renda. Estudos realizados por Pimentel et al. (2009) e Viana e Segall-Corrêa (2008) comprovaram que quanto menor a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*, maior a proporção de domicílios em situação de insegurança alimentar moderada e grave.

A renda é considerada o fator mais determinante da IA e da fome, uma vez que a escassez de recursos financeiros repercute diretamente na capacidade de aquisição de alimentos dos indivíduos, além do que a restrição de renda faz com que as pessoas adotem estratégias para maximizar a compra de alimentos com o recurso financeiro disponível, o que pode comprometer a qualidade nutricional das refeições. Outro fator importante para explicar a IA é a pobreza e a precariedade do emprego (SOUZA, 2009).

Decerto muitas das variáveis consideradas na análise de IA têm relação direta com o número de moradores no domicílio, e esta tem sido uma variável com força explicativa para a insegurança alimentar em vários estudos. Nesse estudo mais de 50,0% dos domicílios somavam entre 4 a 6 moradores, e 8,1% contavam com 7 ou mais moradores. A IA moderada e grave se apresentou em 38,8% dos domicílios com 4 a 6 moradores e alcançou 65,3% dos domicílios com 7 ou mais moradores. Estes resultados foram estatisticamente significantes (Tabela 2). Na análise de chance os domicílios com 7 pessoas ou mais obtiveram 3,19 vezes mais chance (IC95% 1,80 – 5,68) da família estar em situação de insegurança moderada e grave. Esta chance se reduziu para 1,22 vezes (IC95% 0,90-1,65) entre os domicílios com 4 e 6 pessoas. Estudo realizado por Anschau (2008) encontrou razão de chance 83,0% maior para IA moderada e grave em domicílios com 5 ou mais moradores.

As condições de moradia estão intimamente relacionadas com a vulnerabilidade das famílias à insegurança alimentar. Em domicílios com alta densidade populacional por cômodo utilizado para dormir, a insegurança aparece com maior prevalência (SOUZA, 2009). Os resultados da PNAD (2010) mostraram que para o Brasil domicílios em IA possuíam proporcionalmente mais moradores que aqueles em SA; naqueles com 3 moradores ou mais, 9,7% estavam em IA moderada ou grave, enquanto nos que moravam 7 moradores ou mais, 30,8% passavam por restrição alimentar. Domicílios formados por muitos membros tendem a ser menos seguros quanto à alimentação e a razão para isto pode ser a competição por recursos escassos.

Desde os anos 90 há o entendimento de que a segurança alimentar, além da dimensão alimentar e sanitária, contempla a qualidade sanitária dos alimentos e sua inocuidade, incluindo-se a água neste contexto. Este aspecto está também contemplado na definição brasileira de SAN, conforme previsto no art. 4<sup>a</sup> da LOSAN (BRASIL, 2006).



Nesse estudo as características de moradia tendo em vista o acesso a serviços de saneamento básico (água tratada, existência de sanitário no domicílio e de esgotamento sanitário) foram integradas em um indicador ambiental, dicotômico, atribuindo-se a condição de adequado ou inadequado ao domicílio. Considerando os domicílios estudados 58,2% foram classificados como inadequados e 41,8% como adequados. A insegurança alimentar se apresentou em 73,3% dos domicílios com inadequação ambiental e em 64,4% dos domicílios considerados adequados, resultado estatisticamente significativo (Tabela 2). Focando a insegurança alimentar grave e moderada, esta foi registrada em 40,5% dos domicílios com condições inadequadas e em 29,6% daqueles considerados adequados, um diferencial importante para qualificar a intensidade da insegurança que não se apresentou para a insegurança leve. Na análise de chance registrou-se que resultados negativos em relação aos serviços indicados aumentavam em 1,34 vezes as chances de insegurança moderada e grave, sinalizando para a importância de corrigir estes problemas (tabela 2).

Os programas de transferência de renda foram criados no Brasil como uma estratégia de complementação de renda em face da situação de desemprego e baixa renda de parcelas significativas da população. No CONSAD Vale do Jiquiriçá 68,4% dos domicílios estudados estavam contemplados com o benefício do Programa Bolsa Família – PBF na época da coleta de dados; destes, 45,9% se encontravam em IA. Entre os que não recebiam o benefício a prevalência foi de 23,1%. Estes resultados indicam a focalização adequada do programa naqueles que mais necessitam do benefício e são compatíveis com achados de outras pesquisas.

Fioreti (2010) analisando dados secundários da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da mulher e da Criança – PNDS encontrou 71,2% dos domicílios beneficiados pelo PBF em situação de IA, e na região nordeste, além de concentrar o maior percentual de beneficiários (60,7%) do Programa, foi encontrado entre os beneficiados do PBF a

prevalência de 42,5% de IA moderada e grave. Estudos de Vianna e Segall-Corrêa (2008) e Segall-Corrêa et al. (2008), realizados na Paraíba, verificaram que à medida que aumentava o grau de insegurança alimentar, também aumentava a proporção de famílias que recebiam algum tipo de ajuda, sendo que mais da metade das famílias em IA grave estavam incluídas em algum Programa oficial de transferência de renda. Fritz et al. (2008) investigando o mesmo problema no Rio Grande do Sul encontrou 37,1% de domicílios com transferência de renda em situação de segurança alimentar e 62,9% destes em insegurança alimentar.

Para Anschau (2008) um fator comum entre os estudos que relacionam IA e acesso a transferência de renda é a menor prevalência de IA grave entre os beneficiários, em virtude do benefício monetário ser capaz de reduzir a intensidade da pobreza e a desigualdade social. Fioreti (2010) considera em sua avaliação que a transferência de renda é importante para a segurança alimentar das famílias, mas não é suficiente para garantir esta condição, na medida em que outras necessidades competem na aplicação dos limitados recursos.

## **6 CONCLUSÃO**

O presente estudo teve como propósito identificar a situação de segurança alimentar e nutricional e seus fatores determinantes em municípios do território do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD Vale do Jiquiriçá, no estado da Bahia. A criação dos CONSADs, desde 2003, pressupôs reunir esforços locais, de governos e da sociedade civil, para modificar as condições de vida das pessoas, na perspectiva territorial. Na medida em se colocou na agenda política a criação dos Sistemas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional, interessaria aos CONSADs agir neste campo, o que exige informações sobre a situação e seus condicionantes.

Para gerar os resultados e análises necessárias a pesquisa aplicou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA e um questionário social e econômico para explorar a situação local e fatores associados aos resultados. Sendo um estudo transversal, e na total ausência de estudos prévios no território sobre o assunto, este trabalho tem como limitante a impossibilidade de estabelecer relações causais entre a variável desfecho (insegurança alimentar) e as variáveis independentes consideradas. No entanto, o conjunto dos resultados pode orientar a ação pública para um conjunto de ações e intervenções que são potencialmente capazes de minimizar a insegurança alimentar no território.

Um das conclusões do estudo refere-se à alta prevalência da insegurança alimentar no território, acima das médias estaduais, regionais e nacionais e compatíveis com aqueles resultados encontrados em regiões de maior concentração de pobreza. Portanto, promover a segurança alimentar pode ser um objetivo estratégico dos gestores locais.

Na situação estudada a baixa renda mensal familiar *per capita*, o maior número de moradores no domicílio, as condições ambientais inadequadas de moradia e a falta de acesso a programas sociais de transferência de renda foram as variáveis que aumentaram as chances das famílias vivenciarem situações de insegurança alimentar. Os resultados obtidos se mostraram compatíveis com resultados de outros estudos, realizados em cenários similares, e demonstram identidade com as condições de vida nos municípios do CONSAD.

Em síntese os resultados da análise global indicam que existem déficits sociais que estão comprometendo a segurança alimentar das famílias. Ressalta-se que os problemas se apresentaram menos associados a atributos dos sujeitos que vivem a insegurança, e mais fortemente associados às condições sociais em que vivem, e que dependem da ação pública. Assim, estes resultados são subsídios para planejamento, elaboração, monitoramento de políticas públicas locais com objetivo de promover o Direito Humano à Alimentação Adequada.

## REFERÊNCIAS

1. ANSCHAU, F. R. **Insegurança alimentar de beneficiários de programas de transferência de renda**. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.
2. ARAÚJO JÚNIOR, E. A. S. A. Políticas públicas: construção social do território e a moradia como local de produção. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2008, Caxambu – MG, Brasil, set./out. 2008. 20 p.
3. BITTENCOURT, L. S. **Fatores associados à insegurança Alimentar de famílias de escolares da rede pública de ensino de Salvador, Bahia, Brasil**. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde) – Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
4. BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. LOSAN nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea>>. Acesso em: abr. 2010.
5. BRASIL. Política de Segurança Alimentar e Nutricional – proposições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento aprovado na plenária do CONSEA de 12 de agosto de 2009.
6. BRASIL. Casa Civil. Sistema Estadual de Legislação. Lei nº 16.565 de 31 de agosto de 2010. Disponível em: <[www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisar](http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisar)>. Acesso em: 12 fev. 2011.
7. BURLANDY, Luciene. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, nov./dez. 2007.
8. CONAP - COOPERATIVA NACIONAL DE ASSESSORIA E PLANEJAMENTO. Diagnóstico participativo. CONSAD Jiquiriçá. Salvador, 2002.
9. DEDECCA, C. S. et al. Salário mínimo, benefício previdenciário e as famílias de baixa renda. **R. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 317-329, jul./dez. 2006.
10. FÁVARO, T. et al. Segurança alimentar em famílias indígenas teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil, **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p.785-793, abr. 2007.
11. FIORETI, Ana Paula. (In) segurança alimentar e sua relação com pobreza e ações de proteção social em domicílios com crianças menores de cinco anos. 2010. 75 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP, 2010.

12. FRITZ, K. B. B. et al. A insegurança alimentar no Rio Grande do Sul: uma análise comparativa entre o rural e o urbano. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 4., maio 2008, Porto Alegre, RS. **Anais...** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 26 p.
13. GUBERT, M. B.; SANTOS L. M. P. Determinantes da insegurança alimentar no Distrito Federal. **Com. Ciências Saúde**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 143-150, 2009.
14. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Segurança alimentar – PNAD, 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/supl\\_alimentar2004.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/supl_alimentar2004.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2011.
15. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Segurança alimentar – PNAD. Relatório 2004/2009. IBGE 2010. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca\\_alimentar\\_2004\\_2009/pnadalimentar.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2011
16. KEPPLER, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011.
17. LOPES T. H. C. R.; HORA, D. P. A. (Dês) identidade do território do sisal e uma nova proposta de reconfiguração espacial. In: VI ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, ECONOMIA REGIONAL, set. 2010.
18. MALUF, R. S. **Segurança alimentar e fome no Brasil** – 10 anos da cúpula mundial de alimentação. Relatórios técnicos 2, Ceresan, agosto de 2006.
19. MARIN-LEÓN, L. et al. A percepção de insegurança alimentar em famílias com idosos em Campinas, São Paulo, Brasil. **Cad. de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1433-1440, set./out. 2005.
20. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME - MDS. Revista de SAN - Trajetória e Relatos da Construção de uma Política Nacional. 1. ed. Brasília, DF: MDS, 2008.
21. OLALDE, A. R. et al. Dinâmicas Territoriais Rurais no Vale do Jequiçá, Bahia, Brasil. In: VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Porto de Galinhas, 2010.
22. OLIVEIRA, J. S. Insegurança Alimentar e estado nutricional de crianças de São João do Tigre, no semi-árido do Nordeste. **Rev. Bras. Epidemiologia**, 12, n. 3, p. 413-23, 2009.

23. PANELLI-MARTINS, M. B. E. et al., **Análise de Métodos de Avaliação da segurança Alimentar e Nutricional**: Uma Contribuição à política municipal de SAN. Salvador: UFBA / Escola de nutrição, 2008.
24. PEREIRA, D.; VIEIRA, V.; FIORES, E.; CERVATO-MANCUSO, A. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, v. 13, n. 2, p. 34-42, 2006.
25. PIMENTEL, P. G. et al. Insegurança Alimentar, condições sócio-econômicas e indicadores antropométricos. **R. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 283-294, jul./dez. 2009.
26. SANTOS, J. V. et al. Prevalência de insegurança alimentar em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil e estado nutricional de indivíduos que vivem nessa condição. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 41-49, jan. 2010.
27. SALLES- COSTA, Rosana et al. Associação entre fatores sócio-econômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21(suplemento), p. 99-109, jul./ago. 2008. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br>>. Acesso em: 15 maio 2010.
28. SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br/>>. Acesso em: 25 maio 2011.
29. SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.
30. SOUZA, L. M. Fatores associados à insegurança alimentar nos domicílios da Região Nordeste do Brasil, 2004. 2009. 113 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG/Cedeplar, Belo Horizonte, MG, 2009.
31. VIANA, R. P. T.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 219 (suplemento), p. 111s-122s, jul./ago., 2008.

**PARTE II**

**ARTIGO CIENTÍFICO**

**AVALIAÇÃO INDIRETA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E  
NUTRICIONAL NO TERRITÓRIO DO CONSÓRCIO DE SEGURANÇA  
ALIMENTAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL - CONSAD DO VALE  
DO JIQUIRIÇÁ NA BAHIA**

Salvador  
2012

## RESUMO

A Segurança Alimentar e Nutricional - SAN ocupa espaço privilegiado na agenda política do Brasil que conta na atualidade com marco legal para a promoção e garantia da Segurança alimentar e nutricional - SAN, contemplando a criação do sistema de segurança alimentar – SISAN. Um dos obstáculos para implantar e implementar o sistema de SAN é a deficiente informação sobre a situação e seus determinantes em municípios de menor porte. O Brasil vem investindo no tratamento de problemas sociais na perspectiva territorial. A criação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs atende a este objetivo. Este estudo, financiado pelo edital 038/2008 MDS/CNPq, avaliou a situação de segurança alimentar e seus determinantes em municípios baianos integrantes do CONSAD Vale do Jiquiriçá, contemplando uma metodologia indireta, pela aplicação de Protocolo de Indicadores que caracterizam a situação de SAN no município em quatro dimensões a partir de pesquisa de informações em base de dados do IBGE, SUS, pesquisa documental e entrevistas. O estudo constituiu-se em nove municípios do CONSAD. Em âmbito municipal, pela aplicação do protocolo, identificou-se insegurança alimentar leve para todo o território e insegurança alimentar leve nas dimensões de disponibilidade, consumo e utilização biológica de nutrientes, e insegurança moderada na dimensão de acesso, sendo possível indicar quais variáveis definem a situação. Conclui-se que o resultado obtido evidencia para o território a existência de fatores que expressam vulnerabilidade e risco de privação, e este é capaz de orientar a ação pública na direção da SAN.

**Palavras- chave:** Insegurança alimentar. Indicadores sociais. CONSAD.



## ABSTRACT

The Food and Nutrition Security – FNS occupies a privileged place in Brazil’s political agenda, which today relies on the legal framework for promoting and ensuring food and nutrition security, including the creation of the food and nutrition security system - *SISAN*. One of the constraints for deploying and implementing the FNS system is the insufficient information about the situation and its determinants in smaller municipalities. Brazil has been investing in dealing with social problems within a territorial perspective. The creation of the Food Security and Local Development Consortiums - CONSADs fits with this objective. This study, financed by the call for proposal 038/2008 MDS/CNPq, assessed the food security situation and its determinants in municipalities of Bahia state that are part of the CONSAD *Vale do Jiquiriçá*, using an indirect methodology on one side, with the application of a protocol of indicators that identifies the characteristics of the FNS situation, following four dimensions, on the basis of information research in the databases of the IBGE and the SUS, documental research and interviews. The household sample included nine municipalities of the CONSAD. At the municipal level, through the application of the protocol, mild food insecurity was observed in terms of access, consumption and biological utilization of the nutrients, with the possibility of indicating which variables are determining the situation. In conclusion, the result obtained showed the existence of factors that express the vulnerability and the deprivation risk on the territory, this result enabling the orientation of public action in direction of FNS.

**Indexing terms:** Food insecurity. Social indicators. CONSAD.

## 1 INTRODUÇÃO

A alimentação, como direito universal de todas as pessoas e no contexto da sua influência sobre a condição nutricional e de sobrevivência digna da população, tem sido focalizada no âmbito da discussão sobre segurança e insegurança alimentar. Tanto a fome quanto a desnutrição, a restrição alimentar e a escassez de alimentos podem ser consideradas ou denotar a presença de insegurança alimentar

Várias são as discussões em torno do tema segurança alimentar, pois a mesma inclui diferentes aspectos tais como: produção de alimentos, disponibilidade de alimentos, renda e despesas com alimentação, acesso à alimentação adequada, saúde e acesso aos serviços de saúde, educação, políticas públicas e orçamentos relacionados a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN (CONSEA, 2010).

A noção de segurança alimentar está diretamente relacionada à garantia da produção e oferta agrícola; garantia do acesso aos alimentos; garantia de qualidade sanitária e nutricional dos alimentos; garantia de conservação e controle da base genética do sistema agroalimentar (ANSCHAU, 2007). O Conceito de SAN data da primeira guerra mundial (1914-1918) e tem estrita relação com a segurança nacional, uma vez que uma nação corre o risco de fragilizar-se quando fica dependente de recursos de outros países. No Brasil a implementação de políticas de alimentação e nutrição com vistas à garantia da segurança alimentar iniciaram na década de 70, mas foi a partir de 1990 que este debate ganhou amplitude

O conceito de SAN utilizado no Brasil é oriundo das conferências nacionais de segurança alimentar e fruto de grande mobilização de organizações da sociedade civil (ALBUQUERQUE, 2009). Dada esta abrangência, o conceito de SAN foi adotado no país em

2006 a partir da realização da Segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e consiste como:

*“A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentável.”*

Presentes na agenda política no Brasil, os temas alimentação e nutrição desde, são considerados como alvo da implementação de políticas (GREGÓRIO, 2009). Em 2006 o Brasil homologou a Lei 11.346, visando instituir o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN). A construção do SISAN requer a adoção de um sistema de monitoramento que forneça periodicamente indicadores sobre a evolução da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no país, e da promoção da Soberania e Segurança Alimentar que deverá conter indicadores capazes de expressar as múltiplas dimensões da segurança alimentar e nutricional, além de captar a diversidade cultural, as desigualdades de gênero, étnicas, raciais e territorial.

Segundo Kepple (2009) a referência conceitual de um problema social pode se constituir em um poderoso e efetivo instrumento de orientação das políticas públicas, às vezes mais do que as informações a seu respeito colocadas à disposição dos administradores e dirigentes de órgãos gestores.

Com o objetivo de promover a associação entre municípios de baixo índice de desenvolvimento humano, em uma parceria entre poder público e sociedade civil. No Brasil foram criados Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSADs, visando a melhoria da capacidade técnica, gerencial e financeira dos municípios em torno da promoção de ações conjuntas em prol da SAN, Isto é, há uma tendência de serem analisados os problemas e dirigidas intervenções não somente para indivíduos, ou famílias, mas sim para territórios, entendendo-se ser esta uma forma de promover maior impacto na alteração das

condições de vida das pessoas. Os CONSADs também permitem que pequenos municípios ajam em parceria e, com o ganho de escala, melhorem a sua capacidade técnica, gerencial e financeira.

O Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas da ENUFBA obteve financiamento de um projeto do edital 038 – Josué de Castro lançado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, juntamente com o CNP, voltado para o CONSAD Vale do Jiquiriçá, no estado da Bahia. Este projeto integra o projeto maior, tendo por objetivo avaliar a situação de segurança alimentar e nutricional em municípios do referido CONSAD e seus fatores determinantes.

Visando atender a implementação do SISAN este estudo apresenta resultados sobre a situação de segurança alimentar e nutricional em municípios do CONSAD e seus fatores determinantes. A avaliação da SAN nos nove municípios que integram o CONSAD Vale do Jiquiriçá contemplou uma metodologia indireta, pela aplicação de um Protocolo de Indicadores a qual possui quatro dimensões criado pelo Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas – NNPP, com a expectativa de gerar informações sobre a situação, contribuindo assim para o reconhecimento do problema e para a construção do sistema local de SAN.

## **2 CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA DE ESTUDO**

Considerando as recomendações emanadas da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004, iniciou-se no Brasil o processo de institucionalização da SAN. Assim é que em 2006 foi promulgada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, conhecida como LOSAN, para promover e garantir a SAN a Lei cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN .

De acordo com a concepção de sistema, o SISAN pressupõe a articulação entre esferas de governo e a descentralização das ações, sinalizando então para a importância da conformação de sistemas locais de SAN. Está proposto como um sistema por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos e programas com vistas a assegurar o Direito Humano a Alimentação adequada - DHAA. O SISAN se destina a aproximar a produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, considerando também as suas inter-relações (BURLANDY, 2009).

A aprovação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, em 2010, é mais um evento no processo de institucionalização da SAN e do SISAN. A PNSAN orienta-se pelos parâmetros que regem o SISAN estabelecidos na Lei Orgânica da SAN (Lei 11.346/06), e tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada a todos os habitantes do território brasileiro, promovendo a soberania e a segurança alimentar e nutricional de modo que tenham acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente (BRASIL 2010). Há um entendimento de que políticas e sistemas devem ter forte vínculo territorial, de forma a potencializar a aplicação de recursos sempre escassos em face de demandas sempre crescentes e complexas. Assim, propostas de territorialização para as políticas públicas vêm sendo construídas, a exemplo da criação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSADs.

O conceito de território surge inserido na proposta de geografia política, sendo assim definido como o espaço sobre o qual se exerce a soberania do Estado. O Estado surge quando uma sociedade se organiza para defender seu território. É importante a compreensão das relações de poder, as relações com os recursos naturais, as relações de produção ou as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (SOUZA; PEDON, 2007). Em termos antropológicos, o conceito central a esta análise é de territorialidade, como

o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território. Nesse sentido o território um produto histórico de processos sociais e políticos (GATTI et.al., 2010). Esta acepção é importante para o entendimento de que o território é mais do que uma extensão da terra, sendo um espaço de vida pulsante.

A criação de territórios CONSADs no Brasil segue na direção de valorizar o espaço no qual vivem os sujeitos para aperfeiçoamento da ação pública em favor da segurança alimentar e do desenvolvimento e integram a estratégia do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. São uma forma de associação entre município de baixo índice de desenvolvimento, com participação da sociedade civil e do poder público. Essa atuação viabilizaria ações conjuntas baseadas na cooperação entre entes públicos e privados, visando a geração de trabalho e renda como garantia de segurança alimentar e melhoria das condições de vida das populações envolvidas, (BRASIL, 2008; BONNAL; KATO, 2009).

No Brasil estão implantados 40 CONSADs, contemplando todas as regiões do país, sendo a região nordeste a que concentra maior número (MDS, 2008). A Bahia está contemplada com dois CONSADs, o de Brumado, na região Sudoeste da Bahia, e o de Jiquiriçá, no Recôncavo Baiano.

Este artigo apresenta os resultados da avaliação indireta da situação de insegurança alimentar no CONSAD Vale do Jiquiriçá, como parte de um projeto de pesquisa-ação financiado pelo CNPq no âmbito do edital 038/2008. O objetivo geral do trabalho foi o de produzir informações capazes de subsidiar a conformação do sistema local de SAN no território específico, adotando uma metodologia com base em indicadores que contemplem as várias dimensões do fenômeno e calculados a partir de dados e informações disponíveis em base de dados públicas, conforme detalhado na metodologia.

### 3 ASPECTOS METODOLOGICOS

#### 3.1 CENÁRIO DO ESTUDO

Os CONSADs foram implantados no país partir do Programa Fome Zero, no âmbito do então Ministério Especial de Segurança Alimentar- MESA e incorporados a Secretaria de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, criado em 2004, com a finalidade de coordenar a implantação de ações e projetos agro-alimentares visando a segurança alimentar e nutricional e a redução de pobreza (OLALDE et al., 2010).

Na Bahia o CONSAD Vale do Jiquiriçá foi criado sendo integrado por 09 dos 25 municípios que compõem a bacia hidrográfica do Rio Jiquiriçá, o Território do Vale possui identidade social e geográfica compartilhada em consequência da localização, paisagem e características ambientais comuns, infraestrutura interna de comunicações e de serviços, e historia da produção de uma série de culturas comerciais orientadas aos mercados regionais e de exportação.

A atividade agropecuária é a principal atividade econômica, geradora de trabalho e renda para as populações locais (CONAP, 2002). A agricultura familiar tem predominância com uma exploração diversificada centrada nas culturas de subsistência como mandioca, feijão, milho e banana.

A participação da agricultura familiar é mais expressiva na parte mais úmida do Vale, a zona da mata, que produz cacau, banana, mandioca e diversas frutas tropicais, enquanto na porção semiárida do território boa parte da produção agrícola está voltada para a subsistência devido aos baixos rendimentos provocados pela irregularidade climática

O referido território abriga 166 199 habitantes, correspondendo a aproximadamente 1,14% da população baiana, segundo a contagem populacional de 2007. A maior parte da população está localizada na zona urbana.

## 3.2 AVALIAÇÃO INDIRETA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

### 3.2.1 Avaliação da SAN: breve revisão sobre métodos

A partir das Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e da criação da LOSAN, novos e melhores métodos para avaliação da SAN a nível municipal foram surgindo. O município passou a ser a esfera mais importante para realização da avaliação da SAN, tendo em vista a descentralização de políticas públicas sociais, visando a implementação das ações voltadas para a promoção da SAN (PANELLI-MARTINS et al., 2008).

A SAN, no entanto, é um fenômeno complexo, e sua avaliação representa desafios metodológicos tendo em vista as múltiplas dimensões envolvidas. Burlandy (2007) ao analisar as dimensões da SAN, por exemplo, afirma que não há como promover um consumo adequado sem incidir sob o sistema produtivo que determina a forma como o alimento é produzido, comercializado e disponibilizado. Segundo a autora o enfrentamento desse processo impõe uma abordagem integrada de programas que incidem sobre os múltiplos determinantes, uma vez que é essencial articular a dimensão alimentar (produção, comercialização e consumo) e a dimensão nutricional (utilização do alimento pelo organismo e sua relação com a saúde). Rose (2008) afirma que para a maioria dos países latino-americanos a insegurança alimentar é menos um problema de disponibilidade e mais uma



questão de acesso e utilização biológica. Isso implica também em estoques adequados, fluxos do alimento e dinheiro suficiente para satisfazer as necessidades básicas.

A FAO, desde a Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, tem enfatizado a relevância da implementação de sistemas para monitoramento e avaliação da SAN nos países e no mundo. Também foi divulgado pela FAO um guia municipal que visa a auxiliar os governos na construção do plano de ação. Neste guia está proposto um protocolo simplificado de indicadores divididos em quatro dimensões da SAN, a saber: disponibilidade de alimentos, acesso aos alimentos, consumo de alimentos e utilização biológica de nutrientes (MÓRON, 2001). A estas dimensões que podem ser consideradas clássicas na avaliação da SAN, destacando-se que alguns autores (GROSS et al., 2000 e KEPPLER, 2010) acrescentam a dimensão da estabilidade, relativa ao grau de perenidade da utilização, do acesso e da disponibilidade.

Pelo exposto, entende-se que uma política de SAN deve abranger as dimensões de produção, acesso, consumo e utilização biológica. Essas dimensões expressam os dois componentes básicos da política de SAN: Componente alimentar, relacionado com a disponibilidade, produção, comercialização, acesso e consumo de alimentos e o componente nutricional, focado na relação nutrição, saúde e doença.

Assim, medir a IAN municipal representa um desafio devido à complexidade e ao vasto número de fatores associados a este fenômeno. Segundo Perez-Escamilla e Segall-Corrêa. (2008) o ideal para avaliar a situação de segurança alimentar é a aplicação de vários métodos. Os autores recomendam ainda a relevância do desenvolvimento de um instrumento regional que possa ser adaptado aos contextos locais.

Tendo em vista o exposto, pesquisadores do Núcleo de Nutrição e Políticas Públicas desenvolveram um Protocolo de Indicadores indiretos para avaliação da SAN municipal, o qual foi adotado na avaliação da disponibilidade, acesso, consumo e utilização biológica.

### 3.2.2 Protocolo de Indicadores

O Protocolo de Indicadores adotado nesse estudo para avaliação da SAN foi desenvolvido a partir da seleção e criação de indicadores considerados capazes de expressar a situação de municípios de pequeno porte, não alcançados em geral por pesquisas nacionais que aplicam a EBIA e sem capacidade técnica e financeira para realizar estudos específicos (PANELLI-MARTINS et al., 2008). Detalhes deste protocolo a exemplo do nome dos indicadores nas diferentes dimensões, os parâmetros e a pontuação (entre 0 e 10), os meios de verificação e as premissas que permitem dar inteligibilidade aos resultados obtidos estão dispostos no anexo C. Para leitura dos resultados assumiu-se a escala dividida em quatro partes, de tal forma que a soma dos resultados por dimensão pode corresponder a percentuais diferentes de desempenho nas dimensões, as quais se referem a diferentes situações de SAN e IAN, conforme apresentado no quadro 1

O instrumento tem o objetivo de aperfeiçoar uma metodologia para avaliação da SAN em municípios, por meio de indicadores calculados a partir de dados secundários, disponíveis em bases de dados públicas como o DATASUS (Departamento de informática do SUS), Instituto Brasileira de Geografia e estatística - IBGE, O Sistema de Informação da Atenção Básica - SIAB etc. O site é uma ferramenta para que os municípios possam registrar dados e conhecer a situação de segurança alimentar e nutricional de sua população. A avaliação é realizada por um conjunto de indicadores, e os municípios podem conhecer a situação de SAN considerando as dimensões da disponibilidade de alimentos, acesso aos alimentos, consumo de alimentos e utilização biológica de nutrientes, conforme definidas a seguir:

- **Disponibilidade de alimentos**, relacionado à aspectos vinculados a produção e comercialização local de alimentos, em quantidade suficiente e de modo permanente;
- **Acesso aos alimentos**, se refere aos aspectos socioeconômicos e físicos que interferem na aquisição de alimentos pela população;
- **Consumo de alimentos**, relaciona-se ao padrão alimentar de uma população e aos fatores sociais, econômicos e culturais que interferem no mesmo;
- **Utilização biológica de nutrientes**, inclui às condições de acesso a serviços sociais, de saneamento e de saúde que, ao incidirem sobre o estado de saúde do indivíduo, podem limitar a utilização biológica dos nutrientes.

Destaca-se que a proposta foi a de aplicar um protocolo de indicadores que utilizasse dados e informações disponíveis publicamente para todos os municípios, visando aumentar a viabilidade do monitoramento. Assim, o protocolo implica em pesquisa de informações em base de dados do IBGE, DATASUS e SIAB.

Neste artigo o protocolo foi aplicado para os nove municípios do CONSAD e os resultados para cada uma das dimensões foram calculados para o território como um todo. Observe-se que com o protocolo pode-se, tendo em vista um determinado resultado, retornar aos indicadores e verificar em que aspectos existem problemas que comprometem a segurança alimentar no município ou território. Nas seções seguintes são apresentados e discutidos os resultados obtidos pela aplicação do protocolo no Vale do Jiquiriçá.

Percentual dos pontos	Categoria	definição
>75	Segurança alimentar e nutricional	Representa uma situação ideal em que um conjunto de fatores presentes nas dimensões considerada atuaria para garantir a realização plena do conceito de segurança alimentar e nutricional
50 a 74,9	Insegurança alimentar e nutricional leve	Representa uma situação em que alguns fatores, presentes nas dimensões consideradas comprometeriam a realização plena do conceito, com relativa vulnerabilidade à privação e à fome
25 a 49,9	Insegurança alimentar e nutricional moderada	Representa uma situação em que um maior número de fatores, presentes nas dimensões consideradas, comprometeria a realização plena do conceito, caracterizando uma situação de maior vulnerabilidade à privação e à fome.
0 a 24,9	Insegurança alimentar e nutricional grave	Representa uma situação em que um maior número de fatores, presentes nas dimensões consideradas, comprometeria a realização plena do conceito, caracterizando uma situação de privação e fome

Quadro 1 – Escala de valores e categorias para avaliação da segurança alimentar e nutricional municipal com uso de um protocolo de indicadores. Bahia, 2008

Fonte: Panelli-Martins et al. (2008)

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento e aplicação de indicadores como medidas-resumo de determinadas situações sob monitoramento e avaliação tem sido uma demanda na produção de evidências para orientar políticas públicas, a exemplo do processo saúde-doença. Critérios têm sido propostos para aperfeiçoamento dos indicadores, entendendo-se que ainda que persistam desafios metodológicos o investimento na aplicação dos mesmos deve ser continuado (MURRAY et al., 2000).

Nesse estudo, utilizando o Protocolo de Indicadores, foi possível identificar para o CONSAD Vale do Jiquiriçá como todo, uma situação de insegurança alimentar e nutricional Leve (Quadro 2) e que no geral obteve-se desempenho de 53,3% da pontuação total, na faixa portanto de **Insegurança alimentar e nutricional – ISAN Leve** (Quadro 1). Resultados identificados por Panelli-Martins et al. (2008), utilizando o protocolo de Indicadores no município de Mutuípe - BA, mostraram uma situação de insegurança alimentar e nutricional moderada, considerando as dimensões de disponibilidade, acesso, consumo e utilização

biológica. A seguir estão apresentados os resultados obtidos por dimensão e a análise dos condicionantes do desfecho observado.

### **A Segurança alimentar e nutricional – SAN segundo a Disponibilidade de alimentos**

A Segurança Alimentar e Nutricional - SAN na dimensão da disponibilidade de alimentos está relacionada a aspectos vinculados à produção e comercialização local de alimentos. Calculando-se os indicadores para mensurar a disponibilidade de alimentos para o Vale do Jiquiriçá, obteve-se uma pontuação igual a 35 (trinta e cinco), que corresponde a 58,3%, classificando o município em situação de segurança alimentar e nutricional leve (entre 50 a 75%) no que se refere à disponibilidade de alimentos. Isto significa dizer que para o município, tendo em vista os indicadores utilizados, não existem problemas importantes para o abastecimento alimentar da população em termos de produção e distribuição de alimentos.

Contribuíram para estes resultados fatores como:

- Existência de vias de acesso ao município e entre Zona Rural e Urbana em boas condições, facilitando assim o escoamento dos produtos produzidos, o que pode favorecer maior oferta de alimentos como menor custo;
- Existência de estratégias de aproximação do pequeno produtor com consumidor devido a existência de uma feira livre semanal, facilitando o acesso da população de menor renda aos alimentos;
- Existência de uma cooperativa de pequenos produtores favorecendo assim o aumento da oferta local de alimentos e o aumento da renda das famílias dos pequenos produtores;

- Diversidade de linhas de crédito ao pequeno produtor refletindo positivamente na agricultura familiar e no auto-consumo, aumentando a renda familiar e garantindo condições mínimas de manutenção das atividades agropecuárias.

Mesmo tendo obtido bom resultado nesta dimensão, registrou-se no município a inexistência de armazéns que pudessem garantir a estocagem de alimentos para abastecer o mercado interno por pelo menos dois meses, garantindo que possíveis problemas que afetam a produção, como alterações climáticas, e a comercialização, devido a entressafra que eleva os preços, por exemplo, não comprometam o acesso de toda a população aos alimentos. Resultados mostrados por Panelli-Martins et al (2008) após aplicação desse mesmo Protocolo no município de Mutuípe destacou a inexistência de armazéns municipais para estoque de alimentos, de forma que os municípios deveriam possuir capacidade de estocagem de alimentos para abastecer o mercado interno por, pelo menos, dois meses

### **A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN segundo o acesso de alimentos**

O Censo Demográfico brasileiro foi a principal fonte para obtenção dos dados e informações. De acordo com os resultados encontrados, a pontuação foi 14,1 (48,1% do total possível) revelando **Insegurança alimentar e nutricional – ISAN Moderada**.

O principal fator que contribuiu para esse resultado foi a baixa escolaridade do responsável pelo domicílio, avaliada como anos de estudo, sendo que a escolaridade influencia não só nas chances de obter uma melhor remuneração no trabalho, como na seleção e preparo dos alimentos. O fator renda do responsável pelo domicílio também contribuiu para esse resultado, estando associada a possibilidade de aquisição e utilização de bens e serviços essenciais à manutenção do estado de saúde e aquisição de alimentos. Os resultados do

município de Mutuípe com aplicação do protocolo realizado por Panelli- Martins (2008) nessa mesma dimensão mostraram que os fatores que contribuíram para o resultado foi a renda do responsável pelos domicílios particulares e esta associada à utilização de bens e serviços essenciais a manutenção do estado de saúde em especial à aquisição de alimentos.

### **A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN segundo o consumo de alimentos**

A análise da SAN nesta dimensão foi feita a partir de indicadores tais como: percentual de aleitamento materno, percentual de crianças com baixo peso ao nascer, percentual de crianças com menos de 5 anos com déficit ponderal para idade que em sua maioria refletem resultados do consumo alimentar inadequado sobre o crescimento e desenvolvimento, uma vez que inexistiam à época do estudo informações disponíveis e confiáveis sobre o consumo alimentar da população. O CONSAD obteve 5 pontos nesta dimensão, representando 50% do total possível, portanto uma situação de **ISAN leve** em relação ao consumo de alimentos. Os fatores que contribuíram para esses resultados foram:

- Alto percentual de crianças com baixo peso ao nascer, ressaltando que o peso ao nascer tem relação com o estado nutricional materno durante a gestação interferindo diretamente no estado de saúde e sobrevida da criança;
- Alto percentual de crianças com menos de 5 anos de idade com déficit ponderal para idade, sendo que o déficit indica um estado de desnutrição atual, refletindo más condições de saúde, renda, educação, da família;

O alto percentual de aleitamento materno exclusivo foi um resultado importante do estudo na definição de um quadro de IAN leve, partindo-se do pressuposto que o mesmo fornece nutrientes adequados qualitativamente e quantitativamente para o crescimento. O estudo de Panelli-Martins (2008) no município de Mutuípe identificou no indicador

percentual de crianças com baixo peso ao nascer, relacionado com o estado nutricional materno durante a gestação e preditivo do estado de saúde e sobrevivência da criança; e o indicador percentual de crianças menores de 5 anos com déficit ponderal para idade, que indica um estado de desnutrição, refletindo más condições de saúde, renda e educação da família no município.

### **A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN segundo a utilização biológica dos alimentos**

A análise da situação de SAN segundo a Utilização biológica de nutrientes inclui as condições de acesso a serviços sociais, de saneamento e de saúde. Foram utilizados seis indicadores para essa dimensão. O território obteve um resultado de 30 pontos (50% do total possível), tendo sido classificado em **ISAN leve** nesta dimensão.

O resultado obtido deve-se à deficiente cobertura do saneamento básico, tais como: falta de acesso a água tratada coleta de lixo doméstico e esgotamento sanitário, de forma que a exposição familiar a condições adversas de saneamento básico influencia diretamente na saúde da família. O resultado do estudo no município de Mutuípe não foi diferente do resultado do CONSAD, que indicou uma deficiente cobertura do saneamento básico, nela inclusa o acesso à água tratada, a coleta de lixo doméstico e o esgotamento sanitário, colaboram com o resultado (PANELLI-MARTINS, 2008).

Importante ressaltar que o coeficiente de mortalidade infantil do consórcio contribuiu para melhores resultados nesta dimensão, a partir da premissa que este indicador reflete as condições de saúde da população em geral. Cabe também informar que há PSF implantado e funcionando por todo o CONSAD e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) alcançam uma cobertura de 100%.



#### 4.1 A SITUAÇÃO DE SAN MUNICIPAL NOS MUNICÍPIOS

Observa-se para todos os municípios pertencentes ao CONSAD predomínio de situações de insegurança alimentar e nutricional leve em todas as dimensões e maiores problemas, caracterizados por insegurança alimentar e nutricional moderada na dimensão de acesso, na maioria dos casos, pela baixa escolaridade do responsável pelo domicílio. Chama atenção o município de Brejões que apresentou situação de ISAN Moderada em três das quatro dimensões analisadas, sendo este o pior resultado no território.

No município de Brejões, registraram-se os seguintes resultados: Inexistência de armazéns para estoque de alimentos; Inexistência de cooperativas de pequenos produtores; alto percentual de crianças com baixo peso ao nascer; baixo percentual de aleitamento materno exclusivo; deficiente cobertura do saneamento básico, tais como: falta de acesso a água tratada, coleta de lixo doméstico e esgotamento sanitário, de forma que a exposição familiar a condições adversas de saneamento básico influencia diretamente na saúde da família, portanto em sua segurança alimentar e nutricional.

No geral deve ser destacado que não foi observada situação de insegurança alimentar e nutricional grave em nenhum dos municípios estudados em qualquer das dimensões consideradas. Este resultado difere do obtido pela aplicação da EBIA nos municípios do CONSAD, tendo sido registrada insegurança alimentar em 70,3 dos domicílios particulares, sendo que este resultado se apresentou dividido em três níveis de gravidade, sendo 34,3% em IA leve, 23,3% em IA moderada e 12,7% em IA grave (RIBEIRO, 2012). Cabe então discutir as diferenças observadas entre os dois resultados.

Há que se considerar que os métodos adotados, a EBIA e o protocolo, pressupõem mensurar o mesmo fenômeno, mas em perspectivas diferentes. A EBIA, sendo uma escala psicométrica, capta a dificuldade de acesso aos alimentos e também a dimensão psicossocial

da insegurança alimentar por trabalhar de forma a captar vivências e formas de perceber o problema a partir de um interlocutor. Neste caso a unidade de análise são os domicílios nos quais as pessoas vivem. Com o uso do protocolo pretende-se abarcar várias dimensões do problema, e a unidade de análise são territórios, que podem ser municípios, um conjunto de municípios, ou até regiões geográficas maiores. Nessa passagem do domicílio ao território, algumas hipóteses podem ser consideradas para explicar os diferentes resultados, particularmente em situações em que persistam importantes diferenciais de desigualdade.

Pode-se admitir, por exemplo, que em uma região na qual a disponibilidade de alimentos seja potencialmente adequada, a renda diferenciada da população compromete o acesso aos alimentos. O Vale do Jiquiriçá tem riquezas naturais e outras condições que explicam bons resultados quanto à disponibilidade de alimentos, mas a renda média mensal *per capita* é baixa. Em outro estudo da autora encontrou-se que a IA moderada e grave estava presente em 46,5% dos domicílios do CONSAD com RMFPC inferior a  $\frac{1}{4}$  do Salário Mínimo - SM. Esta prevalência reduziu-se para 24,1% entre os domicílios com renda entre meio e  $\frac{1}{4}$  do SM e para 8,4% entre aqueles com RMFPC maior do que meio salário mínimo (RIBEIRO, 2012).

Observe-se que a variável renda está contemplada na construção de indicador para a dimensão de acesso e foi esta a única em que se obteve insegurança moderada no território.

Em segundo lugar, o protocolo de indicadores adotado, por ter sido desenvolvido com base unicamente em dados disponíveis para todos, exigiu aproximações uma vez que nem todas as informações necessárias para mensurar consumo alimentar, por exemplo, estão publicadas para todos os municípios. Segundo Panelli-Martins et al. (2008) os resultados da aplicação do protocolo se mostraram capazes de sinalizar para o problema e seus determinantes em uma determinada realidade local, mas os autores relataram a necessidade de reaplicar o método para novos reajustes, visando torná-lo um instrumento progressivamente

mais sensível ao problema. Como discutido por Esping-Anderson (2000) em trabalho sobre indicadores sociais no monitoramento do Bem-Estar, os indicadores tem limites por serem medidas estáticas, as quais representam situações no momento da pesquisa, sendo que seria mais significativo se fosse alcançada a condição de se contar com medidas de bem-estar que pudessem contemplar cursos de vida. Pode-se argumentar também para a segurança-insegurança alimentar que no estágio atual de desenvolvimento de indicadores está sendo possível fornecer retratos, os quais trazem contribuições para a ação, mas a direção deve ser a do desenvolvimento de processos de aproximação-mensuração que dêem conta de evidenciar como os sujeitos reagem em termos do problema aos obstáculos e oportunidades que surgem.

Considerando a definição para as categorias de avaliação da SAN, destaca-se que a insegurança alimentar e nutricional leve medida pelos indicadores utilizados, em qualquer das dimensões, representa a existência de fatores que expressam vulnerabilidade e privação, portanto trata-se de um resultado que exige ação por parte dos gestores.

<b>Dimensão</b>	<b>Pontuação máxima</b>	<b>Pontuação obtida</b>	<b>Escala de pontos (%)</b>	<b>Situação de SAN</b>
Disponibilidade de alimentos	60	35,0	58,3	IAN leve
Acesso aos alimentos	30	14,4	48,1	IAN moderada
Consumo de alimentos	30	17,2	56,7	IAN leve
Utilização biológica de alimentos	60	30,0	50,0	IAN leve
<b>Total</b>	<b>180</b>	<b>96,6</b>	<b>53,7</b>	<b>ISAN leve</b>

Quadro 2 – Avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional por dimensões no Vale do Jiquiriçá (BA), 2011

Fonte: Ribeiro (2011)

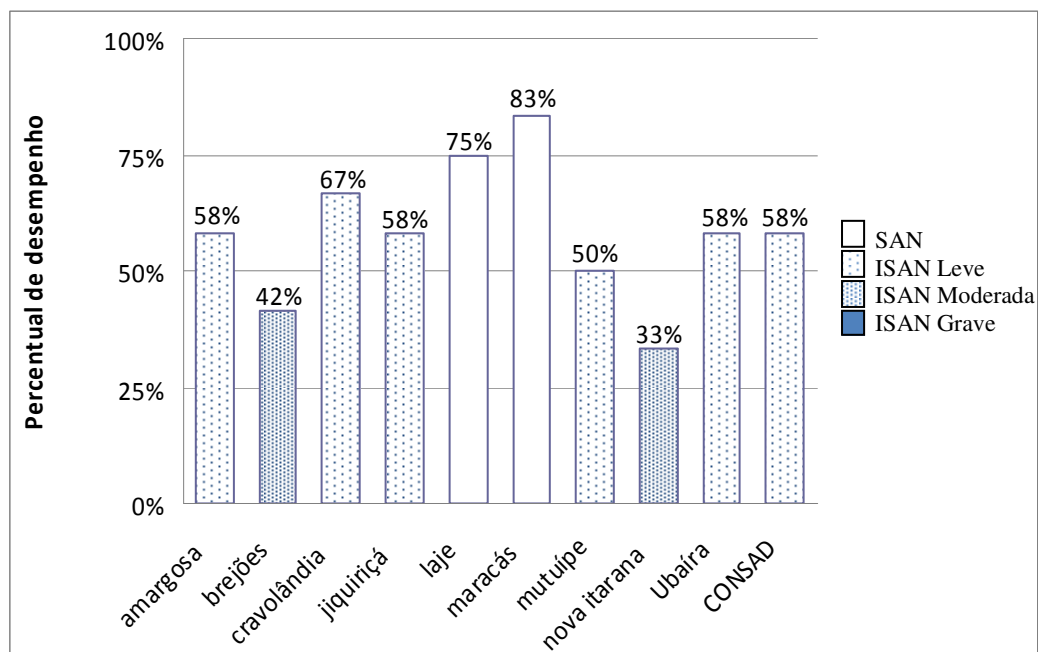


Gráfico 1 – Avaliação da insegurança alimentar por protocolo de indicadores: I - Dimensão de Disponibilidade de Alimentos. CONSAD Vale do Jiquiriçá. Salvador, 2011.

Fonte: Trabalho de campo, 2010/2011

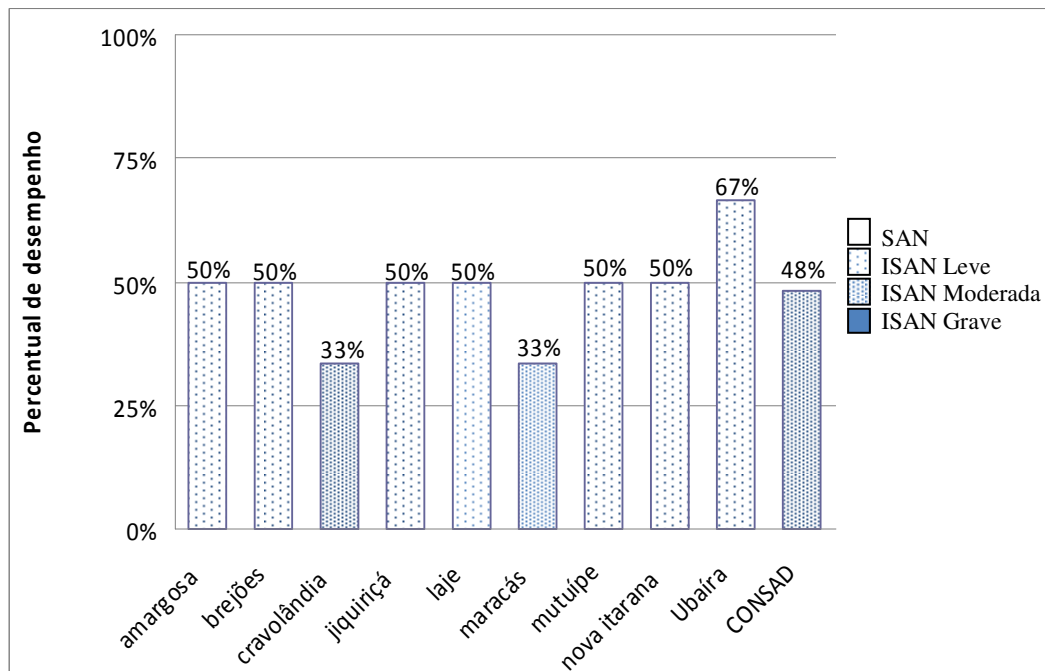


Gráfico 2 – Avaliação da insegurança alimentar por protocolo de indicadores: II - Dimensão de Acesso ao Alimento. CONSAD Vale do Jiquiriçá. Salvador, 2011.

Fonte: Trabalho de campo, 2010/2011

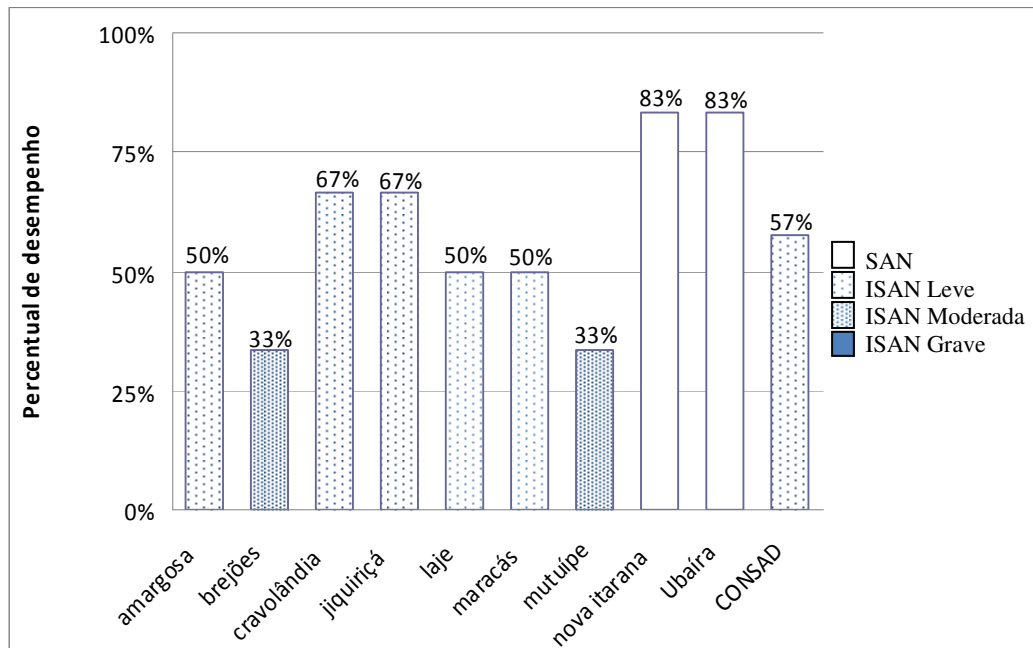


Gráfico 3 – Avaliação da insegurança alimentar por protocolo de indicadores: III - Dimensão de Consumo de Alimento. CONSAD Vale do Jiquiriçá. Salvador, 2011.

Fonte: Trabalho de campo, 2010/2011

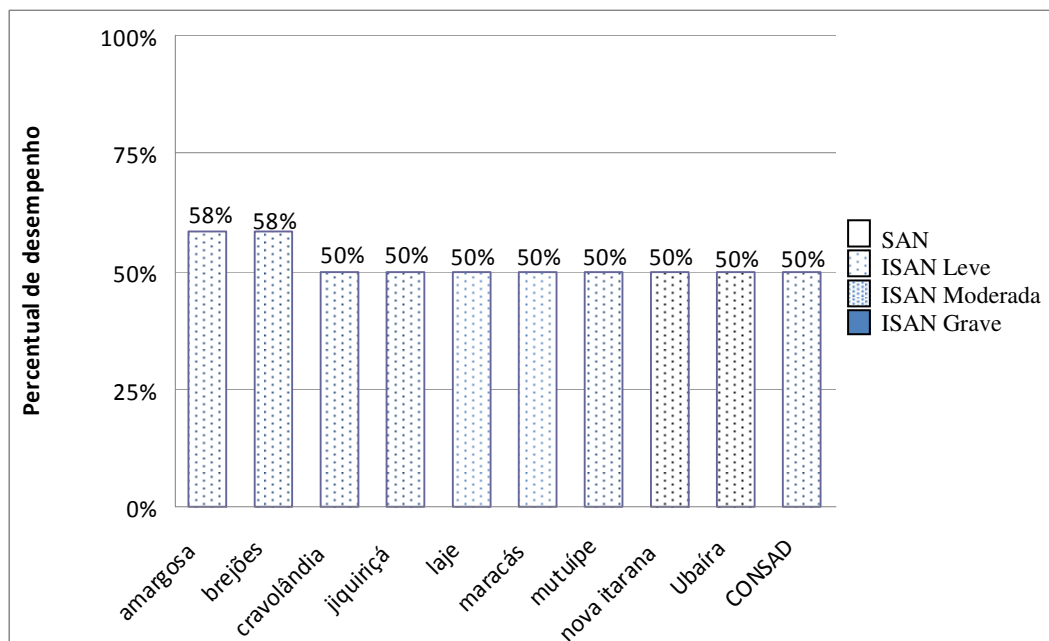


Gráfico 4 – Avaliação da insegurança alimentar por protocolo de indicadores: IV - Dimensão de Utilização Biológica do Alimento. CONSAD Vale do Jiquiriçá. Salvador, 2011.

Fonte: Trabalho de campo, 2010/2011

## 5 CONCLUSÃO

Esse estudo avalia indiretamente a insegurança alimentar e nutricional no território do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD Vale do Jiquiriçá, no Recôncavo Baiano, na perspectiva de contribuir por meio da geração de informações tendo em vista a conformação de sistemas locais de segurança alimentar e nutricional.

Utilizou-se como instrumento o Protocolo de Indicadores desenvolvido por pesquisadores da ENUFBA, que permite avaliar a situação de insegurança alimentar de forma a abarcar as várias dimensões do problema: disponibilidade de alimentos, acesso e consumo de alimentos e utilização biológica de nutrientes. Para isso, fez-se necessária a realização de pesquisas e consultas em diferentes bases de dados que pudessem fornecer informações de interesse. Assim, os indicadores foram calculados a partir de consultas a base de dados como DATASUS (Departamento de informática do SUS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB. Os dados estão disponíveis publicamente para todos os municípios, o que possibilita reduzir custos e aumentar a viabilidade do monitoramento.

A partir da aplicação do protocolo foi possível identificar para o CONSAD, como um todo, situação de **Insegurança alimentar e nutricional – ISAN Leve**.

O resultado obtido mostra para o território a existência de fatores que expressam vulnerabilidade e risco de privação, os quais se não enfrentados podem gerar maior comprometimento e risco de insegurança moderada e grave. Analisando-se os resultados com base no protocolo torna-se possível identificar que variáveis estavam comprometendo o melhor desempenho dos municípios do CONSAD nas diferentes dimensões, portanto, o método gera orientações para a ação pública.

## REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE, M. F. M., A segurança alimentar e nutricional e o uso das abordagens de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combate a fome e a pobreza, **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 22, n. 6, p. 895-903, nov./dez., 2009.
2. ARAÚJO JÚNIOR, E. A. S. A. Políticas públicas: construção social do território e a moradia como local de produção. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 2008, Caxambu – MG, Brasil, set./out. 2008. 20 p.
3. BARROSO, G. S. et al., fatores associados ao déficit nutricional em crianças residentes em uma área de prevalência elevada de insegurança alimentar. **Rev. Bras. Epidemiol.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 484-494, 2008.
4. BITTENCOURT, Lilliane S. Fatores associados à insegurança alimentar de famílias de escolares da rede pública de ensino de Salvador, Bahia, Brasil, Salvador, 2010
5. BONNAL, P.; KATO, K. Eixo Temático: Análise Comparativa da Política Públicas de Desenvolvimento Territorial, Produto 2. Relatório 1. Observatório de Políticas públicas para a agricultura, set. 2009. Disponível em: <[www.ibam.org.br/publique](http://www.ibam.org.br/publique)>. Acesso em: 12 fev. 2011.
6. BRAGA, E. M. F.; VASCONCELOS, H. E. M. **Sujeitos sociais e arranjos territoriais na trajetória da segurança alimentar e nutricionais:** o consórcio de segurança alimentar e desenvolvimento local. Disponível em: <[www.cnpat.embrapa.br](http://www.cnpat.embrapa.br)>. Acesso em: 28 fev. 2011.
7. BRASIL. Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. CONSEA, 2004
8. BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. LOSAN nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/consea>>. Acesso em: abr. 2010.
9. BRASIL. Política de Segurança Alimentar e Nutricional – proposições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, documento aprovado na plenária do CONSEA de 12 de agosto de 2009.
10. BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, subchefia para assuntos jurídicos, decreto nº 7.272 de 25 de agosto de 2010.
11. BRASIL, Casa Civil, Sistema Estadual de Legislação, Lei 16.565 de 31 de agosto de 2010. Disponível em: <[www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisar](http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisar)>. Acesso em: 12 fev. 2011.
12. BURITY, V. et al. **Direito Humano à Alimentação Adequada:** no contexto da segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204 p.

13. BURLANDY, Luciene. Transferência condicionada de renda e segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1441-1451, nov./dez. 2007.
14. BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência e Saúde Coletiva**, Brasília, DF, v. 14, n. 3, p. 851-860, 2009.
15. CONAP - COOPERATIVA NACIONAL DE ASSESSORIA E PLANEJAMENTO. Diagnóstico participativo. CONSAD Jiquiriçá. Salvador, 2002.
16. CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Comissão Permanente de DHAA – Guia p/ Análise de Políticas e Programas Públicos sob a Perspectiva dos Direitos Humanos, 17 de Junho de 2009.
17. CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – A segurança alimentar e o direito humano à alimentação adequada no Brasil – Indicadores e monitoramento da constituição de 1998 aos dias atuais, 2010.
18. DATASUS - DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/se/datasus/area.cfm?id\\_area=743](http://portal.saude.gov.br/portal/se/datasus/area.cfm?id_area=743)>. Acesso em: 25 maio 2011.
19. ESPING-ANDERSEN, G. **Social Indicators and Welfare Monitoring**. Social Policy and Development Programme Paper, 2. UNRISD, may 2000.
20. FÁVARO, T. et al. Segurança alimentar em famílias indígenas teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil, **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p.785-793, abr. 2007.
21. GATTI, G. et al. Identidades, cidadanias e estado: estratégias políticas e governamentais. Centro de estudos Sociais, Laboratório Associado, Universidade Coimbra, 2010. E-Caderno CES. Disponível em: <[http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos7/ecadernos\\_7.pdf](http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos7/ecadernos_7.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2011.
22. GREGÓRIO, M. J. **Políticas de Alimentação e Nutrição: Brasil e Portugal**. 2009. 50 f. Monografia (Licenciatura em Ciências da Nutrição) - Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, Universidade do Porto, 2009.
23. GROSS R, SCHOENEBERGER H, PFEIFER H, PREUSS HJ. Four dimensions of food and nutrition security: definitions and concepts. **SCN News**, 2000;20:22-26.
24. HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 49-61, abr. 2008. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br>>. Acesso em: 15 maio 2010.
25. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Segurança alimentar – PNAD, 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/supl\\_alimentar2004.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/suplalimentar2004/supl_alimentar2004.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2011.



26. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Segurança alimentar – PNAD. Relatório 2004/2009. IBGE 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca\\_alimentar\\_2004\\_2009/pnadalimentar.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2011
27. MALUF, R. S. **Segurança alimentar e fome no Brasil** – 10 anos da cúpula mundial de alimentação. Relatórios técnicos 2, Ceresan, agosto de 2006.
28. MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME Revista de SAN - Trajetória e Relatos da Construção de uma Política Nacional. 1. ed. Brasília, DF: MDS, 2008.
29. MORÓN, Cecilio. Guia para la gestion municipal de programas de seguridad alimentaria y nutricion: relación del municipio com la seguridad alimentaria y nutrición de las familias que habitan em su espacio territorial. Santiago de Chile: Organizacion de Las Naciones Unidas Para La Agricultura Y La Alimentacio, 2001.
30. MURRAY, Christopher JL, SALOMON, Joshua A, MATHERS, Colin. A critical examination of summary measures of population health. **Bull WHO**, 78 (8), p. 981-994, 2000.
31. NOBRE et al, Segurança Alimentar em uma Comunidade Rural no Alto Vale do Jequitinhonha/MgSegurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 16(1): 18-31, 2009
32. OLALDE, A. R. et al. Dinâmicas Territoriais Rurais no Vale do Jequiriçá, Bahia, Brasil. In: VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, Porto de Galinhas, 2010.
33. OLIVEIRA, J. S., Estado nutricional e insegurança alimentar de adolescentes e adultos em duas localidades de baixo índice de desenvolvimento humano. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 22, n. 4, p. 453-465, jul./ago. 2009.
34. PANELLI-MARTINS, M. B. E. et al. **Análise de métodos de avaliação da segurança alimentar e nutricional**: Uma Contribuição à política municipal de SAN. Salvador: UFBA / Escola de nutrição, 2007.
35. PÉREZ-ESCAMILLA, E.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Food insecurity measurement and indicators. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 21 (suplemento), p. 15s-26s, jul./ago., 2008.
36. PIMENTEL, P. G. et al. Insegurança Alimentar, condições sócio-econômicas e indicadores antropométricos. **Rev. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 283-294, jul./dez. 2009.
37. PINHEIRO, A. R. O.; CARVALHO M. F. C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Ciência & Saúde**, p. 121-130, 2010.

38. RIBEIRO, Joelma Cláudia Silveira. Avaliação da insegurança alimentar e nutricional domiciliar no consórcio de segurança alimentar e desenvolvimento local – CONSAD Vale do Jiquiriçá na Bahia. Salvador, Bahia, 2012. Não publicado.
39. ROSE, D. D. Interventions to reduce household food insecurity: a synthesis of current concepts and approaches for Latin America. **Rev. Nutr., Campinas**, 21 (Suplemento), p. 159s-173s, jul./ago., 2008.
40. SALLES- COSTA, Rosana - et al.. Associação entre fatores sócio-econômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21 (suplemento), p. 99-109, jul./ago. 2008. Disponível em: <<http://scholar.google.com.br>>. Acesso em: 15 maio 2010.
41. SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território de Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, Três Lagoas-MS, v. 1, n. 6, ano 4, nov. 2007.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS DO ESTUDO

Este trabalho apresenta e discute os resultados da avaliação da situação de SAN domiciliar e municipal no CONSAD Vale do Jiquiriçá, Bahia, encontrados a partir da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA e do Protocolo de Indicadores. Entendendo a necessidade de conhecer a situação de SAN de forma direta e indireta na perspectiva territorial, esse estudo teve como objetivo avaliar a situação no território CONSAD de forma a gerar informações mais completas considerando o desafio de construir um sistema de SAN municipal. Tendo em vista o exposto, esse estudo contemplou as duas metodologias com propósito de avaliar a situação de SAN em municípios de menor porte, onde estas informações geralmente são deficientes ou inexistentes. Desta forma, aplicar duas metodologias ao mesmo tempo, foi desafiante, pois não existia informação na região estudada, a não ser secundárias.

Os métodos aplicados apresentaram-se como importantes instrumentos para avaliação de SAN domiciliar e municipal. A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA tem sido muito utilizada em diversos estudos e principalmente pela Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD. O Protocolo de indicadores desenvolvido para aplicação em âmbito municipal apresentou-se como instrumento importante para avaliação de SAN municipal, considerando que tratou de avaliar a SAN em quatro dimensões, implicando no acesso a dados e informações de diferentes sistemas.

Considera-se que esse estudo é relevante tanto pela aplicação da EBIA quanto pela aplicação do Protocolo, além de gerar informações em relação à noção de território, tendo em vista a importância da criação dos CONSADs como forma de associação entre municípios de baixo índice de desenvolvimento na perspectiva de promover a SAN, a necessidade de promover a SAN de forma institucionalizada como base para a ação pública e sobre o quanto se precisa ainda atuar, de forma sistemática, para levar a proposta da SAN a todos os sujeitos

de direito. Ressalta-se que é um meio de viabilização de ações conjuntas para a criação de políticas públicas e programas que visem o aumento da promoção da segurança alimentar.

## ANEXO A – ESCALA BRASILEIRA DE SEGURANÇA ALIMENTAR



### UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - ESCOLA DE NUTRIÇÃO

SEGURANÇA ALIMENTAR NO VALE DO JEQUIRIÇÁ – BA.

Etapa 1: Bases para a construção participativa dos sistemas locais.

### ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR (EBIA)

Nome _____	Sexo _____	CÓDIGO _____
Endereço _____		
Ponto ref. _____		
Data ___/___/___		

Agora vou ler algumas perguntas sobre a alimentação em sua casa. Elas podem ser parecidas umas com as outras, mas é importante que [o Sr. / a Sra.] responda todas elas.

**1. Nos últimos 3 meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?**

(1) Sim                                      (3) Não                                      (9) Não sabe ou recusa responder

**2. Nos últimos 3 meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida ?**

(1) Sim                                      (3) Não                                      (9) Não sabe ou recusa responder

**3. Nos últimos 3 meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?**

(1) Sim                                      (3) Não                                      (9) Não sabe ou recusa responder

Os quesitos 4 a 6 devem ser respondidos apenas em domicílios com moradores menores de 18 anos.

**4. Nos últimos 3 meses, os moradores desse domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?**

(1) Sim                                      (3) Não                                      (9) Não sabe ou recusa responder

Se em todos os quesitos 1, 2, 3 e 4 o entrevistado tiver respondido NÃO ou NÃO SABE, ENCERRE O MÓDULO. Caso contrário, siga para o quesito 5.

Os quesitos 5-15 devem ser respondidos apenas por pessoas que tenham respondido “sim”, pelo menos a um dos quesitos 1, 2, 3 ou 4 .

**5. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?**

(1) Sim                                      (3) Não                                      (9) Não sabe ou recusa responder

**6. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, comeu menos do que achou que devia, porque**

**não havia dinheiro para comprar a comida?**

(1) Sim (3) Não (9) Não sabe ou recusa responder

**7. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?**

(1) Sim (3) Não (9) Não sabe ou recusa responder

**8. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?**

(1) Sim (3) Não (9) Não sabe ou recusa responder

**9. Nos últimos 3 meses, os moradores com menos de 18 anos de idade, não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?**

(1) Sim (3) Não (9) Não sabe ou recusa responder

**10. Nos últimos 3 meses, os moradores menores de 18 anos de idade comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda havia neste domicílio, porque o dinheiro acabou?**

(1) Sim (3) Não (9) Não sabe ou recusa responder

**11. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos que você achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar a comida ?**

(1) Sim (3) Não (9) Não sabe ou recusa responder

**Os quesitos 12 a 15 devem ser respondidos apenas em domicílios com moradores menores de 18 anos.**

**12. Nos últimos 3 meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?**

(1) Sim (3) Não (9) Não sabe ou recusa responder

**13. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?**

(1) Sim (3) Não (9) Não sabe ou recusa responder

**14. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?**

(1) Sim (3) Não (9) Não sabe ou recusa responder

**15. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida?**

(1) Sim (3) Não (9) Não sabe ou recusa responder

**16. Horário de término da entrevista: \_\_\_\_\_:\_\_\_\_\_** **17. Nome do Entrevistador:**

**18. OBS: Anotar qualquer observação que julgar pertinente:**

## ANEXO B – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - ESCOLA DE NUTRIÇÃO  
 FATORES SOCIOECONÔMICOS COMO INDICADORES DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E  
 NUTRICIONAL NOS DOMICÍLIOS DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM O CONSAD DO VALE DO  
 JIQUIRIÇÁ, BAHIA.

## QUESTIONÁRIO SOCIO-ECONÔMICO

CÓDIGO

Entrevistador (a) \_\_\_\_\_

Horário do início do questionário: \_\_\_\_\_:\_\_\_\_\_

1. Data da entrevista \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_ -

2. Nome do Responsável pelo domicílio: \_\_\_\_\_

## A – IDENTIFICAÇÃO DO DOMICÍLIO

3. Endereço: \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: -- \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Zona Urbana [ ] Zona Rural [ ] Município (cód): \_\_\_\_\_

Fone (s) p/ contato: \_\_\_\_\_ Celular nº: \_\_\_\_\_

## B – INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADO (A)

(ATENÇÃO: o questionário deve ser aplicado ao responsável pelo domicílio)

4. Nome do(a) Sr(a) \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

5. Estado civil (ler as opções)

1. Solteiro(a) [ ] 2. casado(a) [ ] 3. união livre [ ]

4. separado(a)/divorciado(a) [ ] 5. viúvo(a) [ ]

6. Durante quantos anos o (a) Sr(a) freqüentou a escola? (até curso de graduação incluído)

7. até que série o (a) Sr(a) estudou?

1. não sabe ler nem escrever [ ] 2. sabe ler e escrever (ensino informal) [ ]

3. primário incompleto [ ] 4. primário completo [ ]

5. ginásio incompleto [ ] 6. ginásio completo [ ]

7. 2º grau incompleto [ ] 8. 2º grau completo [ ]

9. superior incompleto [ ] 10. superior completo [ ]

**8. Neste momento, o (a) Sr. (a) tem algum tipo de renda?**

- 1.sim [
- 
- ] 2.não [
- 
- ]

**9. De onde provem a renda da família?**

1. trabalho com carteira assinada [
- 
- ]
- 
2. trabalho sem carteira assinada [
- 
- ]
- 
3. aposentadoria, pensão, pensão alimentícia, aluguel etc [
- 
- ]
- 
4. doação [
- 
- ]
- 
5. bolsa família, programa de erradicação do trabalho infantil, etc [
- 
- ]

**10. Se trabalha, onde?**

- 1.trabalha fora de casa [
- 
- ]
- 
- 2.trabalha em casa [
- 
- ]
- 
3. NSA [
- 
- ]

**C – INFORMAÇÕES SOBRE MORADIA E AMBIENTE****11. O domicílio é:**

1. Próprio [
- 
- ] 2. Alugado [
- 
- ] 3. Sublocado/Cedido [
- 
- ]

**12. Quantas pessoas moram no seu domicílio (incluir a pessoa entrevistada)**

---

---

**13. Quantos cômodos têm o domicílio? (não incluir banheiro e varanda)** \_\_\_\_\_**14. Quantos dormitórios têm no domicílio?** \_\_\_\_\_**15. De onde vem a água usada na sua habitação?**

- 1.água da Embasa (incluindo 'gato') com canalização interna [
- 
- ]
- 
- 2.água da Embasa (incluindo 'gato')
- exclusivamente
- com ponto de água externo [
- 
- ]
- 
- 3.água de chafariz [
- 
- ]
- 
4. outro (
- especificar*
- ) [
- 
- ] \_\_\_\_\_

**16. As pessoas da família, para fazerem suas necessidades, usam: (ler as opções)**

- 1.um banheiro, dentro da casa [
- 
- ]
- 
- 2.mais de um banheiro, dentro da casa [
- 
- ]
- 
- 3.banheiro fora de casa [
- 
- ]
- 
- 4.banheiro de parentes ou vizinhos [
- 
- ]
- 
- 5.banheiro coletivo [
- 
- ]
- 
- 6.outro (
- especificar*
- ) [
- 
- ] \_\_\_\_\_



**17. Características do sanitário ou latrina que sua família usa: (ler as opções)**

- 1.vaso sanitário com a descarga de água (funcionando)  [ ]
- 2.vaso sanitário sem a descarga de água (ou com a descarga de água não funcionando)  [ ]
- 3.casinha com buraco ou vaso sanitário sem uso de água  [ ]

17.\_  
—**18. Para onde vão os dejetos sanitários (fezes e urina) do domicílio? (ler as opções)**

- 1.rede de esgoto  [ ]
2. fossa séptica fechada  [ ]
- 3.buraco escavado  [ ]
- 4.diretamente em canal ou vala a céu aberto, rua, riacho, mar  [ ]

18.\_  
—**19. Para onde vão as águas servidas (pias, chuveiro) do domicílio? (ler as opções)**

- 1.rede de esgoto  [ ]
2. fossa séptica fechada  [ ]
- 3.buraco escavado  [ ]
- 4.diretamente em canal ou vala a céu aberto, rua, riacho, mar  [ ]

19.\_  
—**20. Onde a Sr(a) coloca o papéis usados no banheiro, antes de ser jogado fora?**

1. joga direto na privada ou latrina  [ ]
2. vasilha com tampa (com ou sem saco)  [ ]
- 3.vasilha sem tampa (com ou sem saco)  [ ]
4. saco sem vasilha  [ ]

20.\_  
—**21. Onde a Sr(a) coloca o lixo produzido no seu domicílio, antes dele ser jogado fora?**

- 1.vasilha com tampa (com ou sem saco)  [ ]
- 2.vasilha sem tampa (com ou sem saco)  [ ]
3. saco sem vasilha  [ ]

21.\_  
—**22. Quando a Sr(a) tira o lixo da casa, aonde a Sr(a) o leva?**

- 1.coloca na frente da casa/prédio para o caminhão coletor  [ ]
- 2.coloca em ponto de lixo  [ ]
3. coloca em áreas abertas  [ ]
- 4.enterra ou queima  [ ]
- 5.joga no quintal  [ ]
- 6.joga no rio ou esgoto  [ ]

22.\_  
—

**23. O lixo é coletado na sua rua?** 1.sim  [ ] 2 não  [ ]

23.\_  
—**24. Com que frequência ocorre a coleta do lixo?**

1. todos os dias  [ ] 2. dia sim dia não  [ ]
- 3.uma vez por semana  [ ] 4.menos que uma vez por semana  [ ]
- 5.de vez em quando  [ ] 6.não é feita  [ ]

24.\_  
—

**D – INFORMAÇÕES SOBRE AS CONDIÇÕES DE SAÚDE**

25. A família tem convênio de saúde? **1.sim** [ ] **2.não** [ ] 25.\_\_\_\_\_

26. Se SIM, Quantas pessoas? \_\_\_\_\_ 26.\_\_\_\_\_

**E – INFORMAÇÕES SOBRE O SUSTENTO ECONÔMICO DA FAMÍLIA**

27. De onde provem o sustento da sua família? \_\_\_\_\_ 2

1. Doação [ ]      2. pensão alimentícia [ ]      3. Bolsa família [ ]

4. outros (especificar no quadro abaixo) [ ] \_\_\_\_\_

**SOBRE O SUSTENTO DA FAMÍLIA, QUEM PARTICIPA DOS RENDIMENTOS?**

Quem participa (nome)	Tipo de trabalho	Valor da participação (R\$ mês)	parentesco com o responsável do domicílio	
28. _____ _____	29. 1 Emprego Formal Fixo [ ] 2 Emprego Formal Temporário [ ] 3 Emprego Informal Fixo [ ] 4 Emprego Informal Temporário [ ] 5 Conta Própria (autônomo) [ ] 6 Bicos [ ] 7 Desempregado [ ] 8 Aposentado sem trabalho remunerado [ ] 9 Aposentado com trabalho remunerado [ ] 10 Pensionista (ou outro benefício que não aposentaria) [ ] 11 outros [ ] 12 NS / NR [ ]	30. _____ _____	31. 1 Pai [ ] Mãe [ ] 3 tio (a) [ ] 4 filho (a) [ ] 5 sobrinho (a) [ ] 6 avô (ó) [ ] 7 outro [ ]	2
32. _____ _____	33. 1 Emprego Formal Fixo [ ] 2 Emprego Formal Temporário [ ] 3 Emprego Informal Fixo [ ] 4 Emprego Informal Temporário [ ] 5 Conta Própria (autônomo) [ ] 6 Bicos [ ] 7 Desempregado [ ] 8 Aposentado sem trabalho remunerado [ ] 9 Aposentado com trabalho remunerado [ ] 10 Pensionista (ou outro benefício que não aposentaria) [ ] 11 outros [ ] 12 NS / NR [ ]	34. _____ _____	35. 1 Pai [ ] Mãe [ ] 3 tio (a) [ ] 4 filho (a) [ ] 5 sobrinho (a) [ ] 6 avô (ó) [ ] 7 outro [ ]	2
36. _____ _____	37. 1 Emprego Formal Fixo [ ] 2 Emprego Formal Temporário [ ] 3 Emprego Informal Fixo [ ]	38. _____ _____	39. 1 Pai [ ] Mãe [ ] 3 tio (a) [ ]	2

	<p>4 Emprego Informal Temporário [ ]</p> <p>5 Conta Própria (autônomo) [ ]</p> <p>6 Bicos [ ]</p> <p>7 Desempregado [ ]</p> <p>8 Aposentado sem trabalho remunerado [ ]</p> <p>9 Aposentado com trabalho remunerado [ ]</p> <p>10 Pensionista (ou outro benefício que não aposentaria) [ ]</p> <p>11 outros [ ]</p> <p>12 NS / NR [ ] 12 NS / NR [ ]</p>		<p>4 filho (a) [ ]</p> <p>5 sobrinho (a) [ ]</p> <p>6 avô (ó) [ ]</p> <p>7 outro [ ]</p>	
<p><b>40.</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>41.</b></p> <p>1 Emprego Formal Fixo [ ]</p> <p>2 Emprego Formal Temporário [ ]</p> <p>3 Emprego Informal Fixo [ ]</p> <p>4 Emprego Informal Temporário [ ]</p> <p>5 Conta Própria (autônomo) [ ]</p> <p>6 Bicos [ ]</p> <p>7 Desempregado [ ]</p> <p>8 Aposentado sem trabalho remunerado [ ]</p> <p>9 Aposentado com trabalho remunerado [ ]</p> <p>10 Pensionista (ou outro benefício que não aposentaria) [ ]</p> <p>11 outros [ ]</p> <p>12 NS / NR [ ]</p>	<p><b>42.</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>43.</b></p> <p>1 Pai [ ]</p> <p>Mãe [ ]</p> <p>3 tio (a) [ ]</p> <p>4 filho (a) [ ]</p> <p>5 sobrinho (a) [ ]</p> <p>6 avô (ó) [ ]</p> <p>7 outro [ ]</p>	<p>2</p> <p>[ ]</p>
<p><b>44.</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>45.</b></p> <p>1 Emprego Formal Fixo [ ]</p> <p>2 Emprego Formal Temporário [ ]</p> <p>3 Emprego Informal Fixo [ ]</p> <p>4 Emprego Informal Temporário [ ]</p> <p>5 Conta Própria (autônomo) [ ]</p> <p>6 Bicos [ ]</p> <p>7 Desempregado [ ]</p> <p>8 Aposentado sem trabalho remunerado [ ]</p> <p>9 Aposentado com trabalho remunerado [ ]</p> <p>10 Pensionista (ou outro benefício que não aposentaria) [ ]</p> <p>11 outros [ ]</p> <p>12 NS / NR [ ]</p>	<p><b>46.</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>47.</b></p> <p>1 Pai [ ]</p> <p>Mãe [ ]</p> <p>3 tio (a) [ ]</p> <p>4 filho (a) [ ]</p> <p>5 sobrinho (a) [ ]</p> <p>6 avô (ó) [ ]</p> <p>7 outro [ ]</p>	<p>2</p> <p>[ ]</p>
<p><b>48.</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>49.</b></p> <p>1 Emprego Formal Fixo [ ]</p> <p>2 Emprego Formal Temporário [ ]</p> <p>3 Emprego Informal Fixo [ ]</p> <p>4 Emprego Informal Temporário [ ]</p> <p>5 Conta Própria (autônomo) [ ]</p> <p>6 Bicos [ ]</p> <p>7 Desempregado [ ]</p> <p>8 Aposentado sem trabalho remunerado [ ]</p> <p>9 Aposentado com trabalho remunerado [ ]</p> <p>10 Pensionista (ou outro benefício que não aposentaria) [ ]</p> <p>11 outros [ ]</p> <p>12 NS / NR [ ]</p>	<p><b>50.</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>51.</b></p> <p>1 Pai [ ]</p> <p>Mãe [ ]</p> <p>3 tio (a) [ ]</p> <p>4 filho (a) [ ]</p> <p>5 sobrinho (a) [ ]</p> <p>6 avô (ó) [ ]</p> <p>7 outro [ ]</p>	<p>2</p> <p>[ ]</p>
<p><b>52.</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>53.</b></p> <p>1 Emprego Formal Fixo [ ]</p> <p>2 Emprego Formal Temporário [ ]</p> <p>3 Emprego Informal Fixo [ ]</p> <p>4 Emprego Informal Temporário [ ]</p> <p>5 Conta Própria (autônomo) [ ]</p> <p>6 Bicos [ ]</p> <p>7 Desempregado [ ]</p>	<p><b>54.</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p><b>55.</b></p> <p>1 Pai [ ]</p> <p>Mãe [ ]</p> <p>3 tio (a) [ ]</p> <p>4 filho (a) [ ]</p> <p>5 sobrinho (a) [ ]</p> <p>6 avô (ó) [ ]</p> <p>7 outro [ ]</p>	<p>2</p> <p>[ ]</p>

	8 Aposentado sem trabalho remunerado [ ] 9 Aposentado com trabalho remunerado [ ] 10 Pensionista (ou outro benefício que não aposentaria) [ ] 11 outros [ ] 12 NS / NR [ ]			
<b>56.</b> _____ _____	<b>57.</b> 1 Emprego Formal Fixo [ ] 2 Emprego Formal Temporário [ ] 3 Emprego Informal Fixo [ ] 4 Emprego Informal Temporário [ ] 5 Conta Própria (autônomo) [ ] 6 Bicos [ ] 7 Desempregado [ ] 8 Aposentado sem trabalho remunerado [ ] 9 Aposentado com trabalho remunerado [ ] 10 Pensionista (ou outro benefício que não aposentaria) [ ] 11 outros [ ] 12 NS / NR [ ]	<b>58.</b> _____ _____	<b>59.</b> 1 Pai [ ] Mãe [ ] 2 3 tio (a) [ ] 4 filho (a) [ ] 5 sobrinho (a) [ ] 6 avô (ó) [ ] 7 outro [ ]	2 1

60.\_\_\_\_

**60. Das pessoas acima mencionadas, quem é o(a) principal responsável do sustento da família**

61.____												
<b>61. No momento, a família (ou algum membro) tem alguma prestação fixa sendo paga por mês?</b> [1] Sim [2] Não (Pular para 32) [3] NS/NR												
<i>Caso não tenha prestação, seguir para a questão 63.</i>												
<b>62. Caso tenha prestação, informar do quê?</b>												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>ESPECIFICAR QUAIS</th> <th>VALOR DA PRESTAÇÃO MENSAL (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> </tbody> </table>	ESPECIFICAR QUAIS	VALOR DA PRESTAÇÃO MENSAL (R\$)										
ESPECIFICAR QUAIS	VALOR DA PRESTAÇÃO MENSAL (R\$)											

**F - CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DE ACORDO COM A ABEP - 2008**  
(pergunte qual a quantidade de itens tem no domicílio)

POSSE DE ITENS	QUANTIDADE DE ITENS				
	0	1	2	3	4 ou +
<b>63. Televisão a cores</b>	0	1	2	3	4

64. Rádio	0	1	2	3	4
65. Banheiro	0	1	2	3	4
66. Automóvel	0	1	2	3	4
67. Empregada mensalista	0	1	2	3	4
68. Máquina de lavar	0	1	2	3	4
69. Videocassete e/ou DVD	0	1	2	3	4
70. Geladeira	0	1	2	3	4
71. Freezer (aparelho independente ou parte da geladeira)	0	1	2	3	4

### G - PROGRAMAS SOCIAIS / POLÍTICAS PÚBLICAS

72. Os moradores desta deste domicílio participam de algum dos programas abaixo?

Programa	Sim	Não	NS/NR	O que recebe?	Frequência	Desde quando
Bolsa Família						
Outro programa de transferência de renda – nome: _____						
Pastoral da Criança						
PAA						
Outros Especifique:						
Outros Especifique:						
Outros Especifique:						
Outros Especifique:						

73. A família recebe ajuda de alguém quando precisa? [1] Sim [2] Não [3] NS/NR

74. Caso receba, de quem recebe a ajuda? \_\_\_\_\_

75. Caso receba, qual o tipo de ajuda? \_\_\_\_\_

Horário do término da entrevista: \_\_\_\_\_ Assinatura do entrevistador(a): \_\_\_\_\_









